CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC DE BLUMENAU - UNISOCIESC

CAMILA GIRARDI NEUMANN

**MANIFESTO DO DIRETO DE IMAGEM: REFLEXOS DAS FACETAS DA
TECNOLOGIA**

BLUMENAU

2021/1

CAMILA GIRARDI NEUMANN

**MANIFESTO DO DIRETO DE IMAGEM: REFLEXOS DAS FACETAS DA
TECNOLOGIA**

Monografia submetida à Sociedade Educacional de Santa Catarina - Unisosiesc, como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora MSc. Silvia Helena Arizio

Blumenau

2021/1

CAMILA GIRARDI NEUMANN

**MANIFESTO DO DIRETO DE IMAGEM: REFLEXOS DAS FACETAS DA
TECNOLOGIA**

**Este trabalho foi conferido e aprovado
pela Banca Examinadora da Instituição
de Ensino UNISOCIESC, dando o título
de Bacharel em Direito à sua autora.**

Aprovada em: __/__/____.

Orientadora: Prof.^a Silvia Helena Arizio

Membro da banca

Membro da banca

DEDICATÓRIA

A minha mãe pessoa que tenho a consciência que nunca, em momento algum, largará a minha mão. E, tantas vezes abdicou de seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proteger e abençoar durante todo o meu tempo de vida.

A Elis, minha mãe. Sem a sua ajuda e motivação, esta conquista não seria possível.

Ao Wilberto, meu pai. Que, mesmo distante sempre torceu por mim.

Ao Gunnar, meu padrasto, poder-se-ia dizer, meu segundo pai, que está presente na minha vida há muitos anos, sempre motivando e compartilhando as próprias experiências e dando exemplos corretos.

Ao Felipe, meu irmão, que mesmo sem ter muitas experiências de vida, presta apoio e torce por mim.

A Uvy, minha avó materna, que sempre se fez muito presente em minha vida, com carinho, conselhos e orientações.

Ao Magnus, meu tio, que sempre me ensinou que o estudo é a base de tudo.

Ao Marcos, meu tio, que com o exemplo me inspira em sempre fazer o que é certo, por mais difícil que pareça.

A todos os professores que transmitiram com maestria o conhecimento.

A todos os meus colegas, pela convivência saudável e parceria para enfrentar o desafio que é concluir um curso universitário, em especial Juliana Veber, Mariana Moraes, Bruna Alves e Vitor Alexandre.

A minha orientadora, professora MSc. Silvia Helena Arizio pela dedicação, paciência, empenho, compreensão e zelo. E por compartilhar seus conhecimentos comigo.

“Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança.” (Gênesis 1.26)

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
Atual.	Atualizada
CC/2002	Código Civil Brasileiro de 2002
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Ed.	Edição
MSc.	Mestre
n.	Número
p.	Página
Rev.	Revisada
SC	Santa Catarina
Unisociesc	Sociedade Educacional de Santa Catarina

ROL DE CATEGORIAS

Rol de categorias¹ que a autora considera estratégicas à compreensão do seu trabalho, com seus respectivos conceitos operacionais².

Dignidade

Derivado do latim *dignitas* (virtude, honra), entende-se por dignidade a qualidade moral, inerente a uma pessoa e serve como base ao próprio respeito em que é tida. No Direito Canônico, indica-se o benefício ou prerrogativa decorrente de um cargo eclesiástico³.

Direito

A palavra vem do latim *directu*, é a ciência que sistematiza as normas necessárias para o equilíbrio das relações entre o Estado e os cidadãos e destes entre si, impostas coercitivamente pelo Poder Público⁴.

Pessoa

Derivado do latim *persona*, no sentido técnico-jurídico, exprime ou designa todo ser, capaz ou suscetível de direitos e obrigações. Praticamente, é o ser, a que se reconhece aptidão legal para ser sujeito de direitos, no que se difere da coisa, tida sempre como objeto de uma relação jurídica. Nestas condições, compreendida como pessoa, nenhum ser humano pode ser excluído da vida jurídica, para que possa participar de direitos, que as leis lhe asseguram, e suporte os encargos das obrigações que lhe são atribuídas⁵.

¹ “Categoria é a palavra ou expressão estratégica a elaboração e/ou a expressão de uma ideia”. PASSOLD, César Luiz. **Prática da pesquisa jurídica**: Ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. 8ª ed. Florianópolis: OAB/SC editora, 2003. p. 40.

² Conceito operacional é uma definição para a palavra e/ou expressão com o desejo de que tal definição que seja aceita para o efeito das ideias que expomos. PASSOLD, César Luiz. **Prática da pesquisa jurídica**: Ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. 8ª ed. Florianópolis: OAB/SC editora, 2003. p. 56.

³ SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro, Forense, 1999, 15ª ed., p. 267.

⁴ GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. São Paulo, Rideel, 2006, 8ª ed., p. 259.

⁵ SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro, Forense, 1999, 15ª ed., p. 608.

RESUMO

Nos dias atuais, os constantes avanços dos meios tecnológicos tornaram sua inserção no cotidiano da sociedade até mesmo como essencial para a efetivação das tarefas do dia a dia. Em virtude disso, o meio digital, apesar de facilitar diversas coisas, abriu um novo campo de exploração e disseminação onde o homem crê que todo ato ilegal praticado não tem importância o suficiente para ser considerado como ato criminoso e punido como tal. Neste sentido, uma enorme incógnita para os seres humanos surge de qual é a real relevância que o Direito de Imagem possui. Além de ser necessário compreender em que momento este direito está sendo violado ou não por outrem e quais medidas de efeito imediato poderiam ser tomadas pelo sistema jurídico em proteção às vítimas afetadas por algum ato ilegal. De certa maneira, os seres humanos estão cada vez mais tecnológicos e menos humanos, essa nova forma de viver tem sugado a empatia da sociedade e englobando esses dois fatores como se fossem apenas um. Diante o exposto, o presente projeto de pesquisa busca, de forma indutiva, analisar como o sistema judiciário tem se portado mediante a relação que tecnologia e o direito de imagem tem, ponderar sobre os efeitos que essa violação provoca nas vítimas ademais as modificações que toda essa tecnologia faz com o homem, modelando o mesmo e suas principais virtudes.

PALAVRAS-CHAVE: Crimes Cibernéticos, Dignidade, Honra, Imagem, Internet, Intimidade, Violação do Direito.

ABSTRACT

Nowadays, the constant advances of technological means have made their insertion in the daily life of society even as essential for the accomplishment of day-to-day tasks. Because of this, the digital medium, despite facilitating several things, has opened a new field of exploitation and dissemination where man believes that every illegal act committed is not important enough to be considered as a criminal act and punished as such. In this sense, a huge unknown for human beings arises as to what is the real relevance of the Right to Image. It is also necessary to understand when this right is being violated or not by others, and what measures of immediate effect could be taken by the legal system to protect victims affected by some illegal act. In a way, human beings are becoming more technological and less human, this new way of living has sucked the empathy out of society and encompassed these two factors as if they were one. In light of the above, this research project seeks, in an inductive way, to analyze how the judicial system has behaved in the face of the relationship that technology and image rights have, to ponder on the effects that this violation causes in the victims, as well as the changes that all this technology makes to man, modeling him and his main virtues.

Key words: Cyber Crime, Dignity, Honor, Image, Internet, Intimacy, Breach of Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MANIFESTAÇÕES INICIAIS DO DIREITO À IMAGEM	16
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO DIREITO A IMAGEM	16
1.2 CONCEITO DE IMAGEM E DE DIREITO A IMAGEM	17
1.3 TEORIAS E DOUTRINAS DO DIREITO A IMAGEM	23
2. VIOLAÇÕES NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO USO DA IMAGEM: UM OLHAR DIGITAL	31
2.1 DIREITO À IMAGEM: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	31
2.2 AUTONOMIA E LIMITES DO DIREITO À IMAGEM	34
2.2.1 Constituição de 1988	35
2.2.2 Direito à imagem em relação à honra	36
2.2.3 Direito à imagem em relação à intimidade e a vida privada	39
2.2.4 Limites do direito à imagem	42
2.3 APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS À PROTEÇÃO DA IMAGEM.....	44
2.3.1 Dano moral e sua reparação no direito à imagem	46
2.3.2 Responsabilidade civil por perda de uma chance	48

2.4 ENTENDIMENTOS JUDICIAIS SOBRE A GARANTIA AO ESQUECIMENTO NO MUNDO DIGITAL	50
3. INTERAÇÃO E ALTERAÇÃO DA IMAGEM – UMA ANÁLISE SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS	56
3.1 O AVANÇO TECNOLÓGICO E A VULNERABILIDADE EXPLORATÓRIA: SOBREPÔE AO HOMEM	57
3.2 ESTÍMULOS E JUSTIFICATIVAS A CAPTAÇÃO DE IMAGEM PARA UTILIZAÇÃO POTENCIALMENTE CRIMINOSA	59
3.3 IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA VIDA DAS VÍTIMAS DE PUBLICAÇÕES INDEVIDAS: PRIVACIDADE DETERIORADA	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objeto de que no mundo extremamente tecnológico que se vivencia, o direito de imagem tem sido deixado de lado, justamente quando ele se torna cada dia mais importante para a vida e saúde mental das pessoas. Um direito que é fundamental e precisa ser explorado para tentar diminuir a criminalidade de exposição da privacidade das pessoas na internet sem sua autorização.

Tem como relevância social a garantia de um direito fundamental que pouco se vê em ação. E como relevância científica, a melhor compreensão do tema para os atuantes da área de direito como também os cidadãos.

O objetivo deste trabalho é: analisar como se manifesta o Direito à Imagem quando relacionado aos avanços tecnológicos.

As questões de pesquisa foram assim definidas: Qual a importância que o Direito de Imagem contraiu na atualidade e sua notoriedade aos seres dotados como fenômeno de um produto que vem a representar estímulo ao consumo? Quanto às vítimas de crimes cibernéticos de divulgação indevida, como a tecnologia e o sistema jurídico agem? Esse direito de imagem é suscetível a ser violado?

Para a presente monografia foram levantadas as seguintes hipóteses: talvez o mais importante que a inteligência artificial, leva aos humanos uma nova maneira de vida, reengenharia; e possível examinar os desafios da tecnologia e adaptá-los como uma alternativa do direito à imagem, além de práticas para uma ação imediata do sistema judiciário; o gênero humano e a tão importante empatia com os demais, se perdeu na fusão da biotecnologia com a tecnologia.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação⁶ foi utilizado o Método Indutivo⁷, na Fase de Tratamento de Dados o

⁶ “[...] momento no qual o Pesquisador busca e recolhe os dados, sob a moldura do referente estabelecido [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e Metodologia da pesquisa jurídica. 10 ed. Florianópolis: OAB-SC editora, 2007. p.101.

⁷ “[...] pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e coleciona-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e Metodologia da pesquisa jurídica. 10 ed. Florianópolis: OAB-SC editora, 2007. p.104.

Método Cartesiano⁸, e, o Relatório do Resultado expresso na presente monografia é composto na base lógica indutiva. Nas diversas fases da Pesquisa, foram acionadas as Técnicas do Referente⁹, da Categoria¹⁰, do Conceito Operacional¹¹ e da Pesquisa Bibliográfica¹².

Para tanto, principia-se, no Capítulo 1, tratando de como se originou o direito à imagem, sua evolução histórica e seu conceito principal além das suas ramificações. Também abordará as principais teorias e doutrinas referentes ao direito à imagem.

No Capítulo 2, apresenta-se as considerações acerca da dignidade humana e como sua significativa importância é de suma relevância para uma vida tranquila.

Abordará também o direito à imagem em relação à honra, vida privada e intimidade da pessoa humana, sua autonomia e limites no meio jurídico, além do direito ao esquecimento e como este é entendido atualmente pelo Superior Tribunal de Justiça e doutrinas.

No Capítulo 3, será principalmente para maior imersão do direito à imagem nos meios virtuais, os motivos que levam as pessoas a captação de imagens alheias e no âmbito psicológico da questão os impactos que os crimes contra o direito à imagem do indivíduo lhe causam.

⁸ Sobre as quatro regras do Método cartesiano (evidência, dividir, ordenar e avaliar) veja. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 22-26.

⁹ “[...] explicitação prévia do(s) motivo(s), do(s) objetivos e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para a atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa.” PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e Metodologia da pesquisa jurídica. 10 ed. Florianópolis: OAB-SC editora, 2007. p.62.

¹⁰ “[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia.” PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e Metodologia da pesquisa jurídica. 10 ed. Florianópolis: OAB-SC editora, 2007. p.31.

¹¹ “[...] uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos [...]”. PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e Metodologia da pesquisa jurídica. 10 ed. Florianópolis: OAB-SC editora, 2007. p.45.

¹² “Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais”. PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica e Metodologia da pesquisa jurídica. 10 ed. Florianópolis: OAB-SC editora, 2007. p.239.

A presente pesquisa se encerra com as Considerações finais, que são pontos conclusivos destacados vinculando os meios virtuais com o principal tema da presente que é o direito à imagem e sua proteção no mundo real e no ciberespaço.

1. MANIFESTAÇÕES INICIAIS DO DIREITO A IMAGEM

O Capítulo tem como destaque o direito a imagem, determinado por uma historicidade, conceitos, passando por teorias, mas aparta-se por fim que nada mais é do que ter as garantias do direito à imagem sem a necessidade de acorrentar este direito a qualquer outro.

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO DIREITO A IMAGEM

É de conhecimento nacional e internacional a magnitude da importância que o homem expressa com a sua imagem, não só atualmente como nos primórdios da vida humana.

De tempos em tempos são encontrados inúmeros objetos por arqueólogos que comprovam tal alegação.

Como a vida em seus anos iniciais era, inegavelmente, carente de recursos para reprodução da imagem dos que lá viveram, estes utilizavam o interior de suas cavernas ou paredes para narrar e registrar seus feitos, histórias, conhecimentos e visão que tinham do mundo por meio de suas pinturas, rabiscos, muitos destes são códigos, que especialistas analisam com o objetivo de interpretar o significado.

Dessa forma, fora possível preservar suas imagens, por assim dizer, eternizando suas vidas e peculiaridades, possivelmente sendo este o objetivo que buscavam alcançar, conforme o entender de David de Oliveira Festas.

A relação do ser humano com a imagem, enquanto forma de representação do mundo, encontra-se já presente nos primórdios da civilização humana, desde as pinturas rupestres realizadas pelo homem primitivo até milhares de anos mais tarde, aos antigos sistemas pictográficos de escrita, dos quais ainda se encontram hoje revestidos em alguma língua asiática, como a chinesa.¹³

Do mesmo modo, a cultura do Egito Antigo demonstra escancaradamente uma enorme preocupação dos homens em relação a sua imagem na época.

¹³ FESTAS, David de Oliveira. Do conteúdo patrimonial do direito à imagem. Coimbra: Coimbra, 2009, p. 26.

Quando estes produziam milhares de monumentos sempre com os rostos ou nomes dos superiores esculpidos e criando sarcófagos com pedras preciosas e ouro em tamanhos descomunais para que ali os faraós descansassem após o fatídico óbito.

Até mesmo, inovando a ciência da época para realizarem o procedimento de embalsamamento em uma tentativa de imortalizar os falecidos, pois acreditavam que voltariam à vida em algum momento.

1.2 CONCEITO DE IMAGEM E DE DIREITO A IMAGEM

Com o propósito de compreender qual seria a conceituação de imagem se faz necessário revisar alguns entendimentos.

Entretanto, obter um conceito claro, preciso e único sobre a imagem cuja lista de possíveis definições e interpretações é tão vasta e em constante modificação é um trabalho tão árduo e complexo, podendo até mesmo ser impossível de abranger por completo.

No intuito de proporcionar o melhor entendimento listar-se-á várias formas de interpretação da palavra e da própria imagem.

Costumeiramente, quando alguém tem interesse de entender o que significa certa palavra pesquisa inicialmente em um dicionário. No dicionário brasileiro, que neste caso traz a definição de imagem como sendo a “representação, reprodução ou imitação da forma de uma pessoa ou de um objeto”.¹⁴

Conforme tal definição descrita acima, a imagem do ser humano poderia ser descrita como basicamente o retrato se uma pessoa, o que está correto, mas extremamente longe de ser meramente isso, pois liga a imagem apenas a reprodução em estado visual de uma pessoa.

¹⁴ IMAGEM. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: www.dicio.com.br/imagem/. Acesso em 20/11/2020.

Uma definição que demonstra como é ampla a ideia do que se trata a imagem, é a relacionada ao meio cultural, a religião e a filosofia, como preceitua Heloísa Prado Pereira em sua doutrina.

Muitas culturas revelaram interesse pela matéria – direito à imagem, com conotações distintas, conforme cada época histórica. Observa-se, primordialmente, que na Bíblia, a imagem simboliza a semelhança do homem com Deus (o homem é a imagem e semelhança de Deus). Por conseguinte, vislumbra-se em Rousseau, o reconhecimento na imagem de uma dimensão de linguagem, i.e., comunicação em massa.”¹⁵

Sobretudo, para o Direito tem-se que a percepção de imagem se caracteriza como tudo o que for relacionado a figura humana.

Sendo esta não somente a reprodução visual, mas como também sua voz, seus trejeitos e maneiras de como se porta, estando só ou entre outras pessoas, sua estrutura psicológica e intelectual, os traços corporais que se destacam de alguma maneira a ponto de que alguém possa discernir que é pertencente a tal indivíduo.

Neste caso um excelente exemplo para citar é a Sabrina Sato, apresentadora que atua na mídia brasileira, que possui um marca de nascença em sua face, localizada em sua testa tornando-a facilmente reconhecida nacional e internacionalmente.

Ressalta-se que, Álvaro Antônio de Cabo Notaroberto Barbosa evidencia o vínculo entre o direito de imagem e a voz de seu titular, deixando explícito a ligação existente e tornando inegável que a voz humana quando passível de reconhecimento, automaticamente, está conectada a imagem da pessoa que a produziu.

“Também a reprodução da voz constitui imagem, através da fonografia, da gravação e da radiodifusão. Desta forma, não há que se construir o edifício jurídico de um direito à voz paralelamente a um direito da imagem este é suficientemente amplo para, por analogia,

¹⁵ PEREIRA, Heloísa Prado. Imagem do menos e o dano moral: Uma visão luso-brasileira. Vilhena: Reges, p. 167.

abraçar a voz como componente da imagem, desde que possa pela voz reconhecer um sujeito.¹⁶

Não obstante, o próprio DNA dos seres humanos integra a percepção de imagem para o direito, pois além de construir a identidade do ser também expressa a imagem científica e por extensão constitui o direito a imagem e da personalidade.

O conceito de imagem é dividido em duas subespécies, sendo estas a imagem-retrato e a imagem-atributo.

Considera-se como uma imagem-retrato todos as possibilidades de reprodução da imagem de uma pessoa já citados e analisados anteriormente neste capítulo.

Por outro lado, o sentido de imagem-atributo é a maneira que o mundo interpreta uma pessoa, a visão que o grupo social com quem convive tem dela.

Maria Helena Diniz conceitua a imagem atributo como parte inegável da imagem por si só. Sendo para a jurista que imagem é:

a) a representação física da pessoa, como um todo ou em partes separadas do corpo (rosto, pernas, seios, olhos, nariz, boca, sorriso, indumentária, gesto etc.), desde que identificáveis, ou seja, desde que possam implicar o reconhecimento de seu titular, por meio de fotografia, escultura, desenho, pintura, representação dramática, cinematográfica, Internet, sites, televisão etc., (...); c) a reprodução biográfica, que não pode conter dados mentirosos, sob pena de responsabilidade civil por dano moral e, até mesmo, patrimonial (Súmula n. 37 do STJ).¹⁷

Para elucidar melhor, pode-se imaginar a rotina de um delegado, que em seu ambiente de trabalho é visto por seus colegas como um profissional e passa uma determinada imagem pelas condutas que toma durante seu trabalho, mas ao chegar em casa e abraçar seus filhos e esposa transmite outra imagem para estes, já que observam o mesmo conforme os atos que pratica dentro de sua casa e como lida com suas relações pessoais.

¹⁶ BARBOSA, Álvaro Antônio do Cabo Notaroberto. Direito à própria imagem. São Paulo: Saraiva, 1989, p.26.

¹⁷ DINIZ, Maria Helena. Direito à imagem e sua tutela, p. 79/80.

É certo que um colega de trabalho e uma esposa não terão exatamente o mesmo ponto de vista sobre essa pessoa, mas ainda sim certos aspectos mais marcantes em sua personalidade serão notados por todos, podendo até tornar-se parte de sua reputação.

Essas características marcantes sobre uma certa pessoa podem ser boas ou más, negativas ou positivas, dependem primordialmente do comportamento que o indivíduo tem em seus convívios.

Nas palavras de Antônio Chaves:

Levamos nossa imagem conosco por toda a existência, selo, marca, timbre, reflexo indelével da nossa personalidade, com que nos chancelou a natureza, a revelar com olhos perscrutadores, tendências, qualidades, delicadeza de sentimentos, nobreza de espírito, ou, ao contrário, defeitos, cupidez, egoísmo, grosseria. Facilita a vida e prodigaliza uma cornucópia de venturas aos bem-aventurados de feições agradáveis, amaldiçoa, persegue, humilha os infelizes de semblante repulsivo.¹⁸

No direito brasileiro não há separação entre a ideia de imagem retrato e imagem atributo, mas visto que a imagem atributo se refere essencialmente como esclarece David de Oliveira Festas:

Já o direito à honra tem por objeto a honra social (que traduz a apreciação que a comunidade faz sobre cada um dos seus membros) e a honra pessoa (que exprime a apreciação de que cada um faz de si próprio). A honra social é por vezes também designada como “imagem” social. Mas esta imagem não se confunde com a imagem propriamente dita, enquanto aparência exterior.¹⁹

Após a análise do que é considerado como conceito de imagem, é necessário aprofundar a definição de direito de imagem.

Regina Sahm define o direito de imagem como:

Conjunto de faculdades ou prerrogativas jurídicas cujo objeto é toda expressão formal e sensível da personalidade que individualiza a pessoa que quer em sua expressão estática (figura), quer dinâmica (reprodução); assim como por meio da qualificação ou perspectiva, de acordo com sua verdade pessoal, (existencial), a imagem que faz de si, (subjetivamente) e seu reflexo na sociedade (objetivamente),

¹⁸ CHAVES, Antônio. Tratado de direito civil, v.1, p. 537.

¹⁹ FESTAS, David de Oliveira. ob. cit. p, 80.

garantida a utilização exclusiva pelo titular, compreendendo a prevenção dos atentados sem prejuízo da indenização por danos causados.²⁰

O direito de imagem tem como principal objetivo resguardar, proteger e penalizar, quando necessário, as pessoas que cometerem atos ofensivos e ilegais contra outro cidadão.

Ressalta-se que a garantia ao direito de imagem nasce junto com o indivíduo, pois se trata de um direito natural e correspondente com o direito à vida. Além de que não sobram dúvidas de que o direito à imagem deve ter proteção plena do ordenamento jurídico, assim como as vítimas que em casos específicos perdem o rumo de sua vida pela maldade de outrem ao violar seu direito.

Para Walter Moraes, a ideia de direito à imagem é:

Como bem essencial, a imagem determina uma regra categórica, isto é, uma regra de dever geral de não violação e preservação, correspondente a um direito absoluto cujo exercício constante é intrinsecamente garantido pela essencialidade do bem e concomitante irrenunciabilidade do direito. Nisso, aliás, distinguem-se os direitos reais dos de personalidade: em que estes são imprescindíveis para o sujeito porque têm por objeto um bem jurídico essencial à personalidade, e daqueles que pode prescindir-se pois importam em objetos estranhos à estrutura pessoal (...) pela estrutura, pelo conteúdo, o *ius imaginis* qualifica-se exatamente como um direito de personalidade. É este um ponto sobre o qual a doutrina logrou chegar a consenso que se pode dizer unânime: de que o direito à própria imagem é um direito da personalidade.²¹

Muito se fala sobre o consentimento para a reprodução da imagem, porém a captação da mesma também depende do total consentimento da pessoa retratada.

Uma vez que, a intenção de captar uma fotografia seja de um grupo de pessoas ou uma única pessoa costuma ter o mesmo propósito que é a posterior disseminação da captura realizada, consentida ou não, seja para os fins do bem ou mal.

²⁰ SAHM, Regina. Direito à imagem no direito civil contemporâneo, p. 34.

²¹ MORAES, Walter. Direito à própria imagem. (I) Doutrinas essenciais de direitos humanos, vol. 2001, p. 66.

Embora, em alguns casos não há necessidade do consentimento para que a captação da imagem ocorra de forma legal, tais casos serão comentados nos limites do direito à imagem.

Como fora explanado, a imagem atribuída é a visão que um certo grupo social cria de uma pessoa, a princípio de acordo com os comportamentos e relações que a pessoa tem em frente a determinado grupo.

Porém, vale compreender que neste caso o direito à imagem atua na proibição da disseminação de informações falsas, caluniosas, não completas e que possam ferir ou mesmo criar uma imagem irreal dessa pessoa. Transformando-a em alguém deplorável, até mesmo podendo causar uma mobilização social em ataque a esse indivíduo que talvez não tenha nada a ver com as informações repassadas e muito menos compreende o porquê disto.

É um caso clássico em que muitas vezes alguém inocente é taxado pela sociedade como algo que não é, perde sua confiança, sua credibilidade, sua honra e talvez até mesmo seu emprego e pessoas próximas, dependendo as proporções que esses eventos acabam levando essa pessoa chega muito próximo de desistir de ter seu coração batendo.

Ou, até mesmo, em certo ponto acabam tomando essa decisão por não ter mais nenhuma esperança, nem com o ordenamento jurídico do país nem com as pessoas que o indivíduo acreditava que iriam lhe apoiar e acreditar em sua versão da história e não em uma história inventada por um evento que pode ser chamado como 'telefone sem fio' uma antiga brincadeira de criança que distorce cada vez mais a história inicial.

Entre as diretrizes do direito de imagem existe também a intenção de preservação da imagem de uma pessoa em questões como falsificação, adulteração, modificação ou qualquer infração que seja possível realizar com mesma.

1.3 TEORIAS E DOUTRINAS DO DIREITO A IMAGEM

A origem do direito à imagem teve sua caminhada despertada na França pelo caso judicial iniciado devido a utilização indevida da imagem da atriz de teatro

francesa chamada Rachel, que em um desenho fora retratada em seu leito de morte, em meados do ano de 1858.

Diante do Tribunal de Seine, concretizou-se um marco histórico do nascimento do direito à imagem quando fora proferida a primeira decisão que iluminou e evidenciou o direito à imagem.

Outro momento extremamente marcante para a evolução de tal direito foi uma disputa judicial, onde se discutiu que uma determinada fotografia havia sido feita e publicada sem o devido consentimento da pessoa que nela fora retratada, o que resultou na concessão da tutela prática.

O caso em questão ocorreu em meados do ano de 1893 e é conhecido pelo nome *Marks vs. Jaffa* - nomenclatura utilizada nos Estados Unidos da América em seus casos judiciais, sendo esta composta pelos sobrenomes das partes litigantes – onde fora proferida sentença em favor dos pedidos do Autor, o retratado, e dessa forma proibida a veiculação da fotografia por não ter sido consentida.

Porém, a sua origem doutrinária teve prelúdio na Itália, em meados de 1874. Apesar de continuar sendo destaque e evoluindo no âmbito jurídico, o progresso sobre esse tema sempre fora extremamente demorado tanto na Itália quanto em todos os outros locais do mundo.

Conforme José Adércio Leite Sampaio:

O início da elaboração jurisprudencial e doutrinária do direito à imagem data da segunda metade do Século XIX, início do Século XX, principalmente na França, Alemanha, Itália e Estados Unidos, partindo via de regra, de uma proteção mais geral da propriedade para, na maioria das vezes, conferir, de maneira reflexa, o resguardo à imagem e à intimidade.²²

David de Oliveira Festas esclarece, sobre a questão da data determinante, que:

Em finais do século XIX já se encontrava em França jurisprudência constante no sentido de que as pessoas teriam o direito de proibir

²² SAMPAIO, José Adércio Leite. Direito à intimidade e à vida privada: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais, da vida e da morte. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p. 46.

qualquer exposição de um retrato seu, sendo este direito aplicável à pintura e a fotografia. A proteção era concedida, porém, tendo por base um “direito de propriedade sobre a imagem.”²³

Portanto, é visto pelas compreensões acima que ambos corroboram que a época do nascimento do direito aqui analisado seria em meados do Século XIX.

Atualmente no Brasil, o direito à imagem é tido como direito fundamental assim como o direito à vida e outros demasiadamente importantes no curso de vida de um ser humano.

A violação ao direito de imagem de uma pessoa, sendo em qualquer hipótese que o ato seja ilegal ou difamatório, alcançou uma enorme ênfase e foi determinante para o entendimento de que é crucial proteger e resguardar a imagem da pessoa como um todo.

Por este motivo conquistou cada vez mais espaço e agora possui previsão na Constituição Federal, no Código Civil, em doutrinas e também jurisprudências abrangendo diversos casos e dando mais força para as garantias estabelecidas. Apesar de que ainda falta um grande percurso pela frente para tornar esse direito totalmente amparado.

Ao se tratar das teorias do direito à imagem, tem-se:

I. Teoria negativista:

Essa teoria praticamente nega em sua totalidade o direito à imagem, mas é uma teoria que se encontra bem alheia a realidade do mundo atual, pois não há mínima dúvida de que tal direito é tanto devido quanto fundamental para a sociedade e todos nela.

Conforme Paolo Vercellone, tinha como entendimento sobre esta teoria que:

Existe pessoa, com as suas feições, a sua fisionomia, as suas dimensões. Esta pessoa, isto é, o corpo da pessoa, como todos os corpos materiais expostos à luz, pode ser visto, ou seja; suscitar nos órgãos visuais de outra pessoa uma sensação que naturalmente será

²³ FESTAS, David de Oliveira. ob. cit. p. 30.

diferente cada vez, em relação à luz existente, ao ângulo visual, quer dizer, à relação entre a posição do corpo visto e aquele da pessoa que vê, e finalmente ao 'modo de ver' desta última pessoa. Conclui que não se poderia afirmar que existe a imagem de uma pessoa, mas um indefinido número de imagens, relativas todas ao mesmo corpo, tantas imagens diferentes para cada corpo terão sido visto no futuro por outras pessoas.²⁴

II. Teoria da subsunção do direito à própria imagem ao direito à honra:

Como o próprio nome descreve, essa teoria vincula e condiciona diretamente o direito à imagem ao direito à honra, sendo assim não há possibilidade nem garantia de direito à imagem se não houver uma ofensa ao direito à honra da pessoa.

De forma alguma, há diminuição da importância da honra, visto que também se trata de um bem essencial, podendo ser descrito como "o conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos concidadãos, o bom nome, a reputação".²⁵

Além disso, é importante salientar que a honra também tem como significado "tanto o valor moral íntimo do homem, como a estima dos outros, ou a consideração social, o bom nome ou a boa fama, como, enfim, o sentimento, consciência, da própria dignidade pessoal"²⁶

De acordo com Tercio Sampaio, ressalta que:

Tanto a honra quanto a imagem, possuem um sentido constitucional que envolve terceiros, pois ambos, especialmente a imagem, são situações personalíssimas perante os outros. Direito à honra é, assim, direito de sustentar o modo pelo qual cada um supõe e deseja ser bem visto pela sociedade. É uma combinação entre auto-respeito e respeito dos outros. A honra se projeta na imagem que, embora de alguém, é sempre como alguém julga e quer aparecer para os outros.²⁷

²⁴ CHAVES, Antônio. Direito à própria imagem. Revista Forense, Rio de Janeiro, Ano 68, v. 240, Fasc. 832-833-834, out/nov/dez, 1972. p. 36.

²⁵ SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 208.

²⁶ CUPIS, Adriano de. Os direitos de personalidade. Trad. Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana, 2004, p. 121.

²⁷ FERRAZ, JR., Tercio Sampaio. Sigilo de dados> o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. Disponível em: <www.terciosampaioferrazjr.com.br/q=/publicacoes-cientificas/28>. Acesso em: 20/11/2020

Entretanto, é incontestável que um direito não pode depender do outro, pois em diversos casos ocorre a violação do direito à imagem do indivíduo, mas essa não se estende a uma violação do direito à honra do mesmo, o que torna tal teoria extremamente falha, visto que essa condição é inconcebível.

III. Teoria do direito à própria imagem como manifestação do direito ao próprio corpo:

Tem em seu pilar a ideia da veracidade de que a imagem é meramente uma extensão ao direito sobre o próprio corpo, sendo assim a pessoa possui o direito de propriedade do seu próprio corpo e por essa questão a sua imagem estaria protegida em conjunto.

Igualando os dois direitos e assim acaba encapsulando o direito à imagem dentro do direito sobre o próprio corpo. O que a torna confusa e diminui a amplitude do que realmente é e abrange o direito à imagem.

O próprio Sérgio Cruz Arenhart salienta que “nunca um direito patrimonial pode sobrepor-se a um direito da personalidade. Esta é uma das peculiaridades essenciais dos direitos da personalidade, valendo essa advertência, também para os direitos à honra e à imagem”.²⁸

A maior objeção que se faz diante dessa teoria é de que não há como realizar uma comparação entre uma ofensa à imagem ou sua reprodução ilícita com uma lesão corporal, pois cada uma, mesmo advindo de atos ilícitos pavorosos, devem ser tratadas com diferentes condutas sendo próprias para os crimes em questão.

IV. Teoria do direito à própria imagem como expressão do direito à intimidade ou reserva à vida privada:

Para essa teoria o direito à imagem do indivíduo está vinculado e limitado ao seu direito à intimidade, de forma muito parecida como acontece nos casos do direito à honra e do direito sobre o próprio corpo.

²⁸ ARENHART, Sérgio Cruz. Tutela inibitória da vida privada. São Paulo: RT, 2000, p. 67.

Ao se falar do direito à intimidade este “tem importância e significação jurídica na proteção do indivíduo exatamente para defendê-lo de lesões a direitos dentro da interpessoalidade da vida privada”.²⁹

Tornando novamente o direito à imagem dependente da violação do direito à intimidade, nesta teoria, para que a proteção que merece possa ser exigida, sendo que, mesmo que ambos os direitos possam ser violados em conjunto o indivíduo também pode sofrer a violação apenas de um deles e isso não exclui a sua necessidade de ser reparado pelo dano sofrido.

A definição de privacidade é “o conjunto de informações acerca do indivíduo, que ele pode decidir manter sob seu exclusivo controle, ou comunicar, decidindo a quem, quando, onde e em que condições, sem a isso poder ser legalmente sujeito”.³⁰

Quando se trata da vida privada, conforme Milton Fernandes:

É o direito de excluir razoavelmente da informação alheia ideias, fatos, dados pertinentes ao sujeito. Esse poder jurídico atribuído à pessoa consiste, em síntese, em opor-se à divulgação de sua vida privada e a uma investigação nesta. A este poder corresponde o dever de todas as outras pessoas de não divulgar a intimidade alheia e de não se imiscuir nela, E é neste poder que está o conteúdo do que seja intimidade.³¹

Após o exposto, pode-se concluir que o direito à intimidade e o direito à vida privada não podem ser confundidos, pois mesmo se tratando de assuntos semelhantes e próximos possuem graus diferentes visto que a intimidade é tida como um campo mais restrito do que a vida privada do indivíduo.

V. Teoria do direito à própria imagem como espécie do direito à identidade pessoal ou teoria da identidade:

Nesta teoria, tem-se a mesma relação vinculativa já vista nas anteriores, acrescentando-se que para seus defensores que a identidade é o bem jurídico maior

²⁹ ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JR., Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 117.

³⁰ SILVA, op. Cit. p. 188.

³¹ FERNANDES, Milton. Proteção civil da intimidade. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 99.

em relação ao direito à imagem que seria meramente um reflexo da identidade de uma pessoa, sem ser tratada como um direito distinto.

Pontes de Miranda defendeu tal teoria, em seu entendimento:

A imagem serve à identificação pessoal. (...) é indiscutível que o direito à própria imagem existe, como um dos direitos contidos no direito à identidade pessoal, ao lado do nome. (...) O *ius imaginis* supõe a identidade pessoal. De modo que usar a imagem de alguém para se indicar, ou indicar outrem, é ofensa ao direito (de personalidade) à própria imagem.³²

Porém, trazendo luz ao verdadeiro sentido e relevância que o direito de imagem tem e não um direito que deve estar vinculado, Walter Moraes realça que “tal entendimento, sobre incorrer no vício comum às teses da honra e da identidade, pois que denega valor autônomo ao bem da imagem, esbarra com dificuldades invencíveis na área da experiência”.³³

Segundo Luiz Alberto David de Araújo:

Para contestar tal corrente, não há que se alongar. Basta recordarmos do exemplo já citado por Santos Cifuentes, em que o modelo permite a reprodução de sua imagem, que é repetida por empresa não autorizada a fazê-lo. Ora, há violação da imagem, mas, em nenhum momento, perda da identidade. Não houve contrafação da imagem. A pessoa retratada é facilmente identificada. Não há qualquer má utilização de identidade. Há, isto sim, uso indevido da imagem, não coberto pela tese da identidade.³⁴

É certo e sabido que o direito à imagem precisa de sua própria autonomia, sem estar vinculado e limitado aos outros direitos existentes, e em mais uma teoria se constatou este fato inquestionável.

VI. Teoria do direito à própria imagem e o direito à liberdade:

No entendimento desta teoria, cada pessoa possui o direito à liberdade de escolher se quer ou não dar a alguém uma autorização para a devida divulgação de uma imagem sua.

³² MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado. Campinas: Bookseller, 2000, v. 7. p. 82.

³³ MORAES, op. cit. p. 72.

³⁴ ARAUJO, op. cit. p. 40.

Visto que é uma exposição da imagem dessa pessoa e como ela possui as garantias do direito à liberdade, a mesma não é obrigada a deixar que outrem publiquem seus retratos, independentemente do local onde essa publicação seria realizada.

Porém, relaciona diretamente o direito à liberdade do que poderiam ou não fazer com a imagem de certa pessoa, ao invés de visarem que isto nem se trataria de uma violação ao direito à liberdade e sim uma violação ao direito à imagem desta pessoa.

Por conseguinte, tal tese não se fixa, visto que essa exposição e o fato da escolha da pessoa em consentir ou não sua veiculação nada corresponde com o direito à liberdade.

VII. Teoria do patrimônio moral da pessoa, que pode ser melhor compreendida nas palavras de Walter Moraes:

O direito à própria imagem é coisa capaz de integrar, juntamente com outros atributos da personalidade, o patrimônio moral do indivíduo. A ideia que o nome desta corrente sugere, é fundamentalmente procedente. Porém, deve fazer-se alguns reparos: a) o recurso à metáfora “patrimônio” denota por si a pouca precisão teórica que a envolve; b) pelo que ressalta da exposição de Gitrama González, que parece aceitá-la, é teoria ainda vazia, carente de conteúdo conceitual determinado; em tese, ela serviria bem a qualquer direito de personalidade; o próprio González reconhece nela uma moderna tese, ainda não bem amadurecida; c) acresce que, segundo ela, para o ‘patrimônio moral’ da pessoa vai o direito à imagem, não a mesma imagem, objeto de um direito; o erro, do nosso ponto-de-vista, é metódico e conceitual, pois é a imagem o bem jurídico que integra a personalidade; sobre a conduta tendente a este bem é que a ordem normativa do direito deita disciplina, sem necessidade de buscar paradigma na figura das categorias patrimoniais.³⁵

VIII. Teoria do direito autônomo à luz do direito positivo brasileiro:

É a teoria com pensamento e fundamento mais recente e concreto, além de ser totalmente descrita pelo seu nome. Tem no regimento brasileiro de leis a

³⁵ MORAES, op. cit. p. 74.

garantia de sua autonomia plena do direito à imagem como prevê a Constituição Federal.

Ressalta-se o entendimento de Roberto Barbosa, que:

Não cabe desprezar as teses até aqui estudadas: afinal, estas são as provas cabais de uma evolução de um direito recente como o da própria imagem. Entretanto, nos dias que correm, este direito ganhou contornos e características tais que não mais permitem seu enquadramento de forma simplista no âmbito de qualquer dos direitos da personalidade preexistentes, mas sim determinam o enquadramento da proteção jurídica da imagem como direito autônomo, merecedor de disciplina própria. Vem-nos à mente portanto o sempre atual juízo de Louis Nizer, neste caso extremamente oportuno e que sintetiza muito do exposto: “Velhos nomes não acomodam novos Direitos.”³⁶

Não somente fora analisado todas possíveis teorias e suas grandes falhas ao vincularem um direito que deve ter autonomia plena como também comprovado que a última teoria aqui descrita cita o melhor para cada indivíduo, que nada mais é do que ter as garantias do direito à imagem sem a necessidade de acorrentar este direito a qualquer outro.

³⁶ BARBOSA, op. cit. p. 51.

2. VIOLAÇÕES NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO USO DA IMAGEM: UM OLHAR DIGITAL

Em especial este capítulo trará os aspectos Constitucionais, ou seja, as garantias constitucionais que necessitam cada vez mais de atenção com o aumento de crimes que lhe ferem, a dignidade de uma pessoa que é por si só valiosa, deve ser respeitada por todos os outros seres humanos do planeta, a vida com empatia.

2.1 DIREITO À IMAGEM: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana tem o reconhecimento de sua inquestionável relevância para cada ser humano disposto no primeiro artigo redigido da Constituição Federal de 1988, que lhe confere a categoria de princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

Para Ingo Wolfgang Sarlet: “A nossa Constituição vigente, foi a primeira na história do constitucionalismo pátrio a prever um título próprio destinado aos princípios fundamentais.”³⁷

A dignidade da pessoa humana é, sem dúvidas, inestimável. Toda pessoa a carrega consigo desde o momento de seu nascimento e serão inseparáveis por toda a vida.

A dignidade humana consiste assim, não apenas na formal capacidade de escolha, que os animais também possuem, mas nessa autorresponsabilidade pelo próprio destino. Por isso o homem é livre, e deve ser reconhecido como tal. A liberdade é uma exigência ética, e não um postulado individualístico. Só na liberdade pode o homem construir o seu destino.³⁸

³⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direito fundamental na constituição federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 61.

³⁸ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Civil. Teoria Geral*. v. 1. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 39

Evidencia-se que se trata de um princípio fundamental cuja previsão se encontra na Constituição Federal, o que lhe garante segurança constitucional para não ser violada ou desrespeitada.

Apesar de que tal garantia constitucional necessita cada vez mais de atenção com o aumento de crimes que lhe ferem, a dignidade de uma pessoa é por si só valiosa e deveria ser respeitada por todos os outros seres humanos do planeta.

O que entra em uma questão ética, visto que mesmo sendo um direito, quando observada primordialmente, já que antes de qualquer lei é imprescindível lembrar dos costumes e deveres éticos como cidadãos, necessita ser compreendida como inviolável o que é uma exigência da própria ética imposta a todos.

A qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.³⁹

Ao relacionar a dignidade humana com o direito à imagem, pode-se observar que estão por si só amplamente conectadas, ainda sim suas conexões e como uma afeta a outra em todos seus âmbitos é naturalmente no mínimo trabalhoso.

Justamente conforme descrito por Ingo Wolfgang Sarlet:

Uma das principais dificuldades, todavia, reside no fato de que no caso da dignidade da pessoa, diversamente do que ocorre com as demais normas que definem e asseguram direitos fundamentais, não se cuida de aspectos mais ou menos específicos da existência humana (integridade física, intimidade, vida, propriedade, etc.), mas, sim, de uma qualidade tida por muitos – por mais reversavas que se deva ter em relação a tal concepção! – como inerente (melhor seria atribuída e/ou reconhecida) a todo e qualquer ser humano, de tal sorte que a dignidade – como á restou evidenciado – passou a ser habitualmente definida como constituindo valor próprio que identifica o ser humano como tal, definição esta que todavia, acaba por não contribuir muito para

³⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 60

uma compreensão satisfatória do que efetivamente é o âmbito de proteção da dignidade, na sua condição jurídico-normativa.⁴⁰

Em seu livro Paulo Otero compõe grande destaque ao falar da dignidade humana e ressalta que é um valor absoluto, além de ser por meio dela que uma pessoa pode cientificar-se de sua igualdade em face dos outros.

Nesse sentido, o homem não pode configurar-se como simples meio para a prossecução de fins alheios ou mesmo para os seus próprios fins: o homem é antes um fim em si mesmo, sendo aqui que reside a sua dignidade. E a dignidade é “um valor absoluto” de cada homem: é a dignidade que fundamenta o respeito que lhe devem todos os restantes seres racionais do mundo, tal como é pela dignidade que cada homem se pode valorar em pé de igualdade perante os demais.⁴¹

Inquestionável o argumento de que é inconcebível atribuir um certo valor para a dignidade de um ser humano, a imensidão de sua importância não consegue ser nem mesmo esclarecida mediante um ou dois conceitos criados na tentativa de elucidar este princípio, visto que sua grandeza ultrapassa qualquer extensão imaginável.

Não obstante, torna-se necessário analisar e aprofundar-se nos conceitos e interpretações formadas ao longo dos anos, com o intuito de revelar ao mundo de forma constante e memorável as diretrizes da dignidade, o significativo impacto maléfico que a sua violação refletirá no indivíduo e sua magnitude diante a vida.

Neste sentido, Horácio Monteschio fundamenta excepcionalmente a relação que a dignidade humana tem com o direito de imagem e principalmente nos casos em que este é contrariado.

Portanto, quando se coloca a dignidade da pessoa humana vis a vis com o conteúdo patrimonial do direito de imagem está se ponderando não o valor tangível, mensurável, mas especificamente a importância que a imagem, associada a dignidade humana, representam para a defesa do homem.

⁴⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: uma análise da perspectiva da doutrina e judicatura do ministro Carlos Ayres Britto. In: Direitos fundamentais em construção: estudos em homenagem ao ministro Carlos Ayres Britto. BERTOLDI, Márcia Rodrigues; OLIVEIRA, Kátia Cristine Santos de .(coord.) Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 233.

⁴¹ OTERO, Paulo. Instituições políticas e constitucionais. Coimbra: Almedina, 2009, p. 209

A imagem seja ela retrato ou atributo, possui valor seja material ou moral, da mesma forma, a dignidade da pessoa humana, abrange tanto a conceituação quanto a proteção, na medida em que se violando tanto a imagem, bem como não se reparando o patrimônio moral estar-se-á violando, por igual, a dignidade da pessoa humana.⁴²

2.2 AUTONOMIA E LIMITES DO DIREITO À IMAGEM

Walter Moraes em defesa da autonomia do direito à imagem afirma em sua doutrina:

Se o bem da imagem constitui objeto autônomo de tutela jurídica que determina como *facultas agendi* um direito a ele, pois assim devem entender-se a faculdade exclusiva de permitir, proibir ou revogar-lhe a reprodução, a exposição, etc., e se este direito é oponível *erga omnes*, segue que o direito à imagem é direito absoluto.⁴³

A evolução tecnológica atingiu um nível de rapidez que em milésimos de segundos uma informação, imagem ou qualquer coisa que possa ser enviada pelo sistema de internet consegue alcançar multidões.

O que equivale, sem dúvida, a um enorme benefício para a humanidade quando se tem uma fonte de acesso a todo tipo de informação, principalmente àquelas que apresentam uma forma construtiva para a evolução seja pessoal, material ou psicológica, a qualquer momento e em qualquer lugar do mundo.

Entretanto os malefícios causados por usuários dessa rede são igualmente gigantes quanto seus benefícios.

Não se pode culpar o sistema de internet em si por atrocidades e atitudes ilícitas comandadas pelos seres humanos, já que o meio tecnológico se modifica conforme os padrões e pretensões de quem o utiliza.

⁴² MONTESCHIO, Horácio. A imagem como patrimônio: uma análise do conteúdo patrimonial do direito à imagem, 1ª ed., São Paulo: Boreal Editora, 2015 p. 60.

⁴³ MORAES, Walter. Direito à própria imagem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982 p. 74.

Podendo levar informações relacionadas a saúde para pessoas de todo o mundo, onde uma situação crítica pode ser monitorada e um país consegue ajudar o outro ao receber tal informação.

Também pode servir, como é de conhecimento de todos, para os atos abomináveis de perversidade humana se utilizando de imagem ou vídeo alheio para causar-lhes perturbação emocional, vergonha, violação de sua intimidade e personalidade, depreciação de sua honra, independentemente da idade ou gênero que a vítima tenha.

Cabe aos receptáculos digitais darem mais importância para os crimes cometidos diariamente, criando uma rede que permita reduzir que esse tipo de acontecimento se torne mais frequente do que já é.

No momento em que estes receptáculos tomarem conhecimento do problema gerado em suas redes e decidirem meramente fingir que nada podem fazer a respeito, apenas gera mais confiança naqueles que cometem atos ilícitos utilizando-se de meios tecnológicos.

2.2.1 Constituição de 1988

A Constituição Federal tem em seu busto a garantia do direito à imagem como fundamental, visto que assegura a inviolabilidade do mesmo no seu artigo 5º, V e X conforme transcrito abaixo:

Art 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. ⁴⁴

⁴⁴ BRASIL, 1988.

Neste sentido, Regina Sahm expõe tal consagração de forma que alcança conceitos mais amplos sobre a autonomia do direito de imagem e aborda a profundidade deste direito.

No Brasil, a consagração do direito à imagem foi introduzida pelo inciso V do art. 5º da Constituição Federal de 1988. Ao consignar o dano à imagem, distinto do direito à imagem do inciso X do art. 5º, cria a tese de que a tutela não mais resingre à imagem original, que tem o corpo como seu suporte, e à imagem retrato (que é física, e permite a reprodução). Extrapolam-se os limites do corpo em sua totalidade ou em parte, órgãos, membros, voz, efígie, forma plástica, para abranger a imagem essencialmente de caráter moral. Também a caracteriza como tutela essencialmente contra atentados perpetrado pelos excessos de liberdade de imprensa e da informação. Por outro lado, a nova dogmática, hermenêutica que caminha no sentido da aceitação para prevalência de sistemas abertos, permite que, sob a égide dos princípios gerais da igualdade, da liberdade e da dignidade humana, os fundamentos da justiça sejam mais bem atendidos, pois se possibilita ao julgado verdadeira criação e não era subsunção.⁴⁵

2.2.2 Direito à imagem em relação à honra

De início, conceitua-se a honra como sendo “a dignidade de uma pessoa, a virtude de alguém sob a ótica dos demais”.⁴⁶

Ainda que o tempo passe e os costumes se modifiquem, tem-se como certo e inegável a importância da honra de uma pessoa, que sempre esteve em grau máximo de relevância para ela, aos que lhe conhecem ou meramente ouvem algo sobre essa pessoa.

Antigamente a honra possuía tanta relevância quanto a nobreza de alguém e todos eram educados para compreender o seu risco e o quanto ela vale, visto que ao passar dos anos fora perdido pouco a pouco o respeito que os cidadãos prestam em relação do que suas atitudes podem interferir na honra de um ser humano, muitos

⁴⁵ SAHM, Regina. Direito à imagem no direito civil brasileiro contemporâneo: de acordo com o novo código civil, Lei nº 10.406, de 10-01-2002. São Paulo: Atlas, 2002, p. 35.

⁴⁶ DONNINI, Oduvaldo; DONNINI, Rogério Ferraz. Imprensa livre, dano moral, dano à imagem e sua quantificação à luz do novo Código Civil, p. 58.

acreditando até mesmo que de nada vale a honra e que esta não tem importância alguma.

A inviolabilidade da honra é direito fundamental como preceitua a Constituição Federal em seu artigo 5º, X, como demonstrado no tópico anterior.

Tem-se a necessidade de compreender os dois lados da honra da pessoa humana, costumeiramente dividida em honra objetiva e honra subjetiva.

Ressaltando que ambas são partes de uma só e, portanto, invioláveis perante a lei.

A honra objetiva trata de como as pessoas integradas no meio em que o indivíduo está situado o veem, o conceito gerado por estas pessoas a respeito deste indivíduo. Independentemente se o conhecem ou não, a honra objetiva se refere na reputação criada por terceiros.

Enquanto a honra subjetiva é aquela que reflete o que a própria pessoa sente a seu respeito de si no amago de seu ser. De maneira mais simplória, esta é fruto do conceito que a pessoa tem de si mesma.

Em seu livro, Edilsom Pereira de Farias conceitua a honra de forma dividida por duas características:

A primeira característica é a de que o seu fundamento radica no princípio da dignidade da pessoa humana. Vale dizer: a honra é atributo inerente a qualquer pessoa independentemente de considerações de raça, religião, classe social, etc. Com sua constitucionalização, a honra expande sua força normativa, tornando-se, por conseguinte, incompatível com as “concepções aristocráticas ou meritocráticas” sobre a honra.

A segunda característica é a de que o conteúdo da honra refere-se tanto à honra objetiva (a dignidade da pessoa humana na consideração dos outros), quanto à honra subjetiva (a dignidade da pessoa humana refletida no sentimento da própria pessoa). É dizer, no sentido objetivo, a honra é a reputação que a pessoa desfruta ante o meio social em que está situada; no sentido subjetivo, a honra é a estimativa que a pessoa realiza de sua própria dignidade moral.⁴⁷

⁴⁷ FARIAS, Edilsom Pereira de. Colisão de direitos. A honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996, p. 109.

Apesar de passar, diversas vezes, despercebida pelos olhos dos cidadãos a honra tem papel fundamental na concepção do ser humano. No momento em que é violada tende a criar inúmeros abalos na vida de alguém, não somente na esfera moral, mas também na material e em sua imagem.

O anonimato dos meios virtuais agrava consideravelmente o número de casos em que alguém tem sua honra despedaçada e raramente consegue juntar os pedaços, entretanto sempre terá suas rachaduras constantemente lembrando do crime o qual fora acometido.

Na intenção de degradar a vida alheia, conhecidos e desconhecidos inserem e depois compartilham aos milhares de usuários conectados palavras de difamação, imagens e vídeos privados, informações sigilosas e muito mais simplesmente para atormentar a vida da vítima.

Ainda assim, mesmo tendo consciência dessa violação, muitos julgam e massacram a vítima que nada consegue fazer para evitar maiores danos a sua pessoa.

Levando a vítima ao desespero total, onde se vê sem possibilidade alguma em retornar os seus afazeres cotidianos ou mesmo de criar novos sem ter medo da opinião e olhares alheios.

O direito à honra está intimamente relacionado aos valores mais importantes da pessoa, de poder andar de cabeça erguida, de ter um nome, das pessoas terem uma boa referência desta pessoa, enfim de poder se olhar no espelho e verificar que, de fato, trata-se de um homem honrado. No direito à honra, a pessoa é tomada, frente à sociedade, em função do valor que possui dentro daquele contexto social. Ocorrendo então a lesão da honra, de imediato a pessoa cujo direito foi violado se sente diminuída, desprestigiada, humilhada, constrangida, tendo perdas enormes tanto no aspecto financeiro, como no aspecto moral, pois a lesão se reflete de imediato na opinião pública, que logo adota uma postura negativa contra a pessoa implicando nestas perdas mencionadas.⁴⁸

⁴⁸ GUERRA, Sidney César Silva. A liberdade de imprensa e o direito à imagem. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 172.

No meio profissional cada pessoa cria uma imagem diante de seus clientes, que se trata da honra objetiva pois é a forma como seus clientes lhe reputam.

É dessa maneira que a reputação de um profissional integra um meio social e por consequência este terá novos clientes ou não, dependendo da visão que fora passada a respeito do seu modo de agir como profissional e também como este se relaciona com as pessoas a sua volta.

Há 'construções' de imagem que não levam em conta a honra ou dela não necessitam. Construimos, por anos, a figura da nossa imagem. Essa imagem tem um caráter (mesmo que longínquo) de fundo publicitário. Criamos nossa imagem, apresentamos nossa imagem, vivemos com a nossa imagem e imaginamos que as pessoas nos procurem profissionalmente pela imagem quem construimos. Sendo um especialista em determinado assunto, serei procurado por tal característica. Construí a ideia de que sou um bom profissional, zeloso, sereno, que posso aconselhar bem meus clientes. (...) Não estamos, repetimos, diante da honra.⁴⁹

Entretanto, ainda que a imagem criada seja para o meio profissional, é impossível que todos com quem exista uma relação profissional mantenham uma visão limitada sem pré-julgar ou imaginar como esta pessoa é com seus entes próximos, tornando ainda maior a importância da honra na vida de alguém.

2.2.3 Direito à imagem em relação à intimidade e vida privada

Intimidade é o âmbito mais profundo do ser humano, sua própria palavra contém o peso de ser algo imerso no ser humano.

Quando nos referimos à intimidade, nos reportamos ao marco para que possamos desenvolver livremente nossa personalidade, sem sermos observados por terceiros. Estamos dando legitimidade à decisão que consiste em excluir determinada parcela da nossa existência, que serão então desfrutadas a sós. A intimidade reclama um maior grau de reserva, que chega ao seu cume quando se trata do segredo. Adverte-se neste, um particular interesse por ocultar determinadas informações, uma especial preocupação para que não chegue a transcender o que se pretenda guardar consigo mesmo, no que geralmente, mas nem sempre, obedece ao desejo de se evitar

⁴⁹ ARAÚJO, David. O conteúdo do direito à própria imagem: um exercício de aplicação de critérios de efetivação constitucional, p. 122.

reações por parte das terceiras pessoas cujas afeições poderiam vir a ser prejudicadas por aquele que desejava preservar o segredo.⁵⁰

O direito à intimidade encontra-se englobado nas garantias fundamentais, sendo tudo que participa do círculo mais fechado e imerso do ser humano, estabelece Edson Ferreira da Silva que:

No entanto, o bem da intimidade tem valor considerável em todas as culturas, em todos os lugares e em todas as épocas, não obstante algumas variações de intensidade e outras de conteúdo. Qualquer fórmula em que se queira circunscrever o bem da intimidade será tanto melhor se tiver uma tal generalidade que permita encapar todas as variações deste sentimento humano e se for flexível o bastante para acompanhar as mutações que sofre ao longo do tempo, com variação do seu conteúdo conforme a maior complexidade da vida social, que o avanço tecnológico influencia em várias direções.⁵¹

Torna-se fundamental destacar que a vida privada e a intimidade são vinculadas por se tratar da parte privada da vida da pessoa humana, que só é conhecida por aqueles escolhidos a dedo pelo indivíduo para compartilhar seus segredos íntimos.

É certo que todas as partes e categorias da vida de uma pessoa são restritas, mas como uma pirâmide tanto a vida privada quanto a intimidade estão no topo sendo a mais restrita da vida humana.

O direito ao segredo constitui um aspecto particular do direito ao resguardado. Certas manifestações da pessoa destinam-se a conservar-se completamente inacessíveis ao conhecimento de outros, quer dizer, secretas; não é lícito o divulgar tais manifestações, mas também o tomar delas conhecimento, e o revelá-las, não importa a quantas pessoas.⁵²

A vida privada de acordo com o conceito redigido pelo Tércio Sampaio Ferraz Junior em seu livro é “o âmbito do exclusivo que alguém reserva a si, sem nenhuma repercussão social, nem mesmo ao alcance de sua vida privada que, por

⁵⁰ FAGUNDES JÚNIOR, José Cabral Pereira. Direito à vida privada e a intimidade do portador do HIV. São Paulo: Celson Bastos Editora, 2002, p. 99.

⁵¹ SILVIA, Edson Ferreira da. Direito à intimidade: de acordo com a doutrina, o direito comparado, a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, p. 51.

⁵² CUPIS, Adriano de. Os direitos da personalidade. Trad. Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana, 2004, p. 149.

mais isolada que seja, é sempre um viver entre os outros (na família, no trabalho, no lazer em comum)”.⁵³

Na doutrina de Fernanda Letícia Soares Pinheiro, a vida privada e intimidade são descritas como qualquer coisa, normalmente em sua maioria cultivada perante pessoas íntimas, que o indivíduo não queira que outras pessoas tenham acesso ou tomem conhecimento daquilo.

A vida privada abrange todos os aspectos que por qualquer razão o sujeito não deseja ver cair no domínio público; é aquilo que não deve ser objeto de publicação, nem da curiosidade da sociedade. Desenvolve-se fora da vista do grande público, perante um pequeno grupo de íntimos.⁵⁴

Para Ingo Wolfgang Sarlet, sobre condições mínimas para a existência humana de forma pacífica em nosso mundo:

O que se percebe, em última análise, é que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e identidade do indivíduo forem objeto de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não for garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero objeto de arbítrio e injustiças. A concepção do homem-objeto, como visto, constitui justamente a antítese da noção de dignidade da pessoa humana.⁵⁵

René Ariel Dotti, a respeito do direito ao esquecimento, enfatiza o respeito que se deve prestar com a vida privada e a intimidade do indivíduo relacionando estes com o patrimônio pessoal que precisa ser resguardado de todo e qualquer ataque ilegal lançado por pessoas com intenções deturpadas ou não.

⁵³ FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. Cadernos de direito constitucional e ciência política. n. 1, São Paulo, 1992, v. 1, p. 72.

⁵⁴ PINHEIRO, Fernanda Letícia Soares. Princípio da proibição da prova ilícita no processo civil. Curitiba: Juruá, 2004, p. 152-153.

⁵⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 104.

As recordações da vida privada de cada indivíduo pertencem ao seu patrimônio moral e ninguém tem o direito de publicá-las mesmo sem intenção malévola, sem a autorização expressa e inequívoca daquele de que se narra a vida.

O direito ao esquecimento, como uma das importantes manifestações da vida privada, estava então consagrado definitivamente pela jurisprudência, após uma lenta evolução que teve, por marco inicial, a frase lapidar pronunciada pelo advogado Pinard em 1858: “O homem célebre, senhores, tem o direito de morrer em paz.”⁵⁶

2.2.4 – Limites do direito à imagem

O direito de imagem resguarda o direito da pessoa humana decidir se deseja ou não que suas informações, imagens, vídeos e outros artifícios que adentram o direito de imagem sejam divulgados ou utilizados para algo.

Porém existem poucos casos em que se atinge o limite do direito da imagem.

Pois nesses casos mesmo sem a autorização do titular da imagem, não há violação do seu direito, ressalta-se que são poucos momentos e específicos.

Um deles é quando a pessoa aparece retratada em um local público quando a intenção e o foco é o local em si para uma notícia, entretanto se a pessoa se tornar o foco passa a ser uma violação.

Ressalta-se que no caso exposto acima é preciso que seja uma publicação de notícia, se for utilizada a imagem da pessoa humana para qualquer fofoca não é mais possível pois nesse último é uma publicação indevida.

⁵⁶ DOTTI, René Ariel. Proteção da vida privada e liberdade de informação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 92.

Relevante ao tema, destaca Luiz Alberto David Araujo:

Por estar em lugar público e estar dentro de um quadro que integra a notícia, não pode insurgir-se contra a publicação de sua imagem. Imaginemos a hipótese de uma pessoa que caminha pela praia, sem qualquer preocupação, numa manhã ensolarada. Sua foto, no dia seguinte, é veiculada pelos jornais, noticiando a volta do bom tempo, ausente nos últimos dias. O indivíduo, no caso, não foi o centro da notícia, nela aparecendo circunstancialmente, como centenas de outras pessoas que estavam (ou que poderiam estar) na praia naquele instante. Mas, imaginemos que a publicação da sua imagem, na notícia acima mencionada, causasse dano ao indivíduo. Poderia pretender uma reparação? A resposta é negativa, já que, ao permanecer em lugar público, o indivíduo, implicitamente, autorizou a veiculação de sua imagem, dentro do liame notícia-imagem.⁵⁷

Para Alvaro Antonio do Cabo Notaroberto Barbora existem três tipos de classificações para a violação ao direito à imagem, sendo:

1º quanto ao consentimento: quando o indivíduo tem a própria imagem usada sem que tenha dado qualquer consentimento para tal;
 2º quanto ao uso: quando, embora tendo sido dado o consentimento, o uso feito da imagem ultrapassa os limites da autorização concedida;
 3º quanto à ausência de finalidades que justifiquem a exceção: quando, embora se trate de pessoa célebre, ou fotografia de interesse público, a maneira de uso leva à inexistência de finalidade que se exige para a limitação do direito da imagem.⁵⁸

Adriano de Cupis assevera que:

As necessidades da justiça ou de polícia, os fins científicos, didáticos ou culturais, constituem outras tantas hipóteses especificamente determinadas, nas quais o sentido da individualidade deve ceder, em face de exigências opostas de caráter geral. O mesmo sentido da individualidade deve, do mesmo modo, ceder quando a reprodução esteja ligada a fatos, acontecimentos ou cerimônias de interesse público ou realizadas em público. A quem participa em um acontecimento ou em uma cerimônia de interesse público, ou ocorrida em público, pode mesmo atribuir-se o consentimento tácito da

⁵⁷ ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 98.

⁵⁸ BARBOSA, Alvaro Antonio do Cabo Notaberto. Direito à própria imagem: aspectos fundamentais. Aão Paulo: Saraiva, 1989 unais, 1980, p. 88.

reprodução da sua imagem em várias cópias enquadradas nos ditos acontecimentos ou cerimônias.⁵⁹

Conforme pode-se compreender, a utilização da imagem de uma pessoa apenas é passível de ser lícita quando envolve um contexto em que uma força maior exista, ou seja, quando é sobre algo de interesse coletivo público e de relevância para todos em prol da ordem pública, assim o direito individual cede para o coletivo.

Esclarece David Araujo sobre o tema:

Caso típico dessa espécie é a segurança nacional [ordem pública]. O indivíduo não pode pretender se opor à publicação de sua imagem, se o bem que será sacrificado é maior, e causará prejuízo bem mais amplo do que aquele que teria o indivíduo com a violação de sua imagem. A publicação de imagem de determinado indivíduo que afeta a segurança nacional, ou mesmo a manipulação de arquivos fotográficos, desde que relacionados logicamente com o bem protegido, não poderá ser objeto de oposição do indivíduo. [...] O interesse do indivíduo não pode prevalecer sobre o social. Na mesma linha de raciocínio está a publicação da imagem decorrente de investigação criminal ou atividade investigatória do Estado. [...]. Cessada a razão da divulgação, a publicação passa a ser indevida.⁶⁰

Ainda assim, o uso lícito é extremamente restrito e qualquer desvinculação da sua utilização conforme as formas lícitas citadas torna-se uso ilícito de imagem da pessoa humana, atingindo um direito fundamental do indivíduo.

2.3 APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS À PROTEÇÃO DA IMAGEM

O direito de imagem é irrenunciável, indisponível, bem como é um dos poucos direitos que não prescrevem o que garante sua proteção independente do passar dos anos, e também inextinguível, este último tem a exceção de quando acontece o falecimento do indivíduo.

⁵⁹ CUPIS, Adriano de. Os direitos da personalidade. Trad. Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana, 2004, p. 149.

⁶⁰ ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 95 e 96.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.
61

Conforme disposto na Constituição Federal em seu artigo 5º os incisos V e X e XXVIII dispõem em relação à proteção da imagem do ser humano:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: (...)
V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:
a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;⁶²

O problema que se tem a respeito do artigo 20 do Código Civil em relação ao que a Constituição Federal preceitua a respeito do direito à proteção da imagem do ser humano, é que tal artigo restringe a proteção enquanto a Constituição Federal dispõe a proteção a imagem e seus aspectos sem ter condições e de forma muito mais ampla.

Conforme o entendimento de Carlos Frederico Barbosa Bentivega sobre o tema:

⁶¹ BRASIL, Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm Acesso em 10/06/2021.

⁶² BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22/06/2021.

Vê-se claramente não ter a CF/1988 estabelecido quaisquer condições para o exercício da defesa desse importante direito da personalidade e, realmente, casos há em que a imagem pode ser utilizada de maneira indevida e indesejada por seu titular, sem que tal uso lhe afete a honra – conceito bastante distinto – ou sem que a utilização se destine a fins comerciais (imaginem-se, v.g., a utilização da imagem de alguém por partido político ou por outra qualquer campanha institucional a defender ideias contrárias àquelas do retratado: não se teria ofensa à honorabilidade do titular do direito à imagem e nem sequer o caráter comercial de sua utilização). Nestes casos, estaria o titular de um direito da personalidade desprovido de proteção jurídica em razão da restrição e do *discrimen* operado pelo CC/2002? Nos parece que a resposta é negativa e que o mais acertado seria declarar a inconstitucionalidade da restrição feita pela lei civil, ampliando-se o nível de proteção da imagem.⁶³

Outros dispositivos criados cujo objetivo primordial é sua destinação à proteção da imagem são:

Lei nº 9.610/98 que se trata da Lei de Direitos Autorais, Lei nº 9.279/96 que é o Código de Propriedade Industrial, Lei nº 9.615/98 conhecida como Lei Pelé em consequência de ter sido criada após acontecimento de grande repercussão com o jogador de futebol, Lei nº 9.609/98 que se trata da proteção da propriedade intelectual de programas de computador e a Lei nº 5.250/67 que é a Lei de Imprensa.

Em casos em que o direito de imagem da pessoa humana é violado tem-se o direito de receber indenização devido aos danos que tal violação causou no indivíduo em questão.

Com relação aos danos morais e materiais a Súmula 403 do STJ prevê que “Independente de prova de prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.⁶⁴

2.3.1 Dano moral e sua reparação no direito à imagem

Para Wilson Melo da Silva, os danos morais representam “os decorrentes das ofensas à honra, ao decoro, à paz interior de cada qual, às crenças íntimas, aos

⁶³ BENTIVEGNA, Carlos Frederico Barbosa. Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade: os limites entre o lícito e o ilícito. São Paulo: Manoele, 2020, p. 133.

⁶⁴ BRASIL, Súmula nº 403 do Superior Tribunal Federal. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2014_38_capSumula403.pdf Acesso em: 22/06/2021.

sentimentos afetivos de qualquer espécie, à liberdade, à vida, à integridade corporal.”⁶⁵

Danos Morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.⁶⁶

Quando ocorre a violação do direito de imagem da pessoa humana, trazendo-lhe imensa deterioração emocional, vergonha, ofensa a sua índole e outras questões levantadas quando um crime tão repugnante é cometido, é de direito da vítima ser reparada por todos os danos morais sofridos.

O dano moral e sua possibilidade de conceder tutela reparatória, pecuniária em razão da violação à moral, suscitou enorme controvérsia nos meios jurídicos pátrios, na medida em que não havia possibilidade jurídica apta a fundamentar o pedido de reparação a este tipo de lesão ao argumento de seria impossível aquilatar o valor da dor do homem, Por esta razão, diante de não ser possível mensurar o valor da dor, deixava-se o lesado a margem de qualquer reparação.⁶⁷

Infelizmente essa reparação só é possível em parte, pois a vítima nunca terá sua vida normal como antes. Ainda assim, é direito dela receber todo apoio e empenho do Poder Judiciário e todas autoridades competentes para amenizar seu sofrimento e imputar ao ofensor a pena devida.

Neste sentido, José Afonso da Silva destaca a importância da proteção do indivíduo.

A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana com dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação. Daí por que o conceito à integridade moral do indivíduo assume feição de direito fundamental. Por isso é que o Direito Penal tutela a honra contra a calúnia, a difamação e a injúria.⁶⁸

Ressalta-se que, a reparação dos danos morais sofridos não é de forma alguma uma tentativa de enriquecimento ou mera obtenção de dinheiro e sim a

⁶⁵ SILVA, Wilson Melo da. O dano moral e sua reparação. Rio de Janeiro: Forense, 1955, p. 11.

⁶⁶ SILVA, Wilson Melo da. op.cit. p. 11.

⁶⁷ MONTESCHIO, Horácio. A imagem como patrimônio: uma análise do conteúdo patrimonial do direito à imagem, 1ª ed., São Paulo: Boreal Editora, 2015 p. 116.

⁶⁸ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 248.

modalidade possível que visa amenizar os danos da vítima e tentar impor ao ofensor uma pena que o fará rever seus atos, pelo menos é o que se espera.

Tal questão referente a valoração dos danos morais é mencionada na doutrina portuguesa conforme segue:

Assim sendo, fácil se torna defender que, se por definição o dano moral não é redutível a dinheiro, ele é, não obstante, compensável patrimonialmente. Não se trata, naturalmente, de uma compensação perfeita, contudo, ninguém deve pedir do instituto da responsabilidade civil mais do que ele pode, efetivamente, proporcionar.⁶⁹

Ainda sobre a valoração, no que se refere quanto aos critérios para a fixação de valor para reparação do dano causado ao indivíduo, Antônio Elias Queiroga leciona:

Não há um critério científico de fixação do valor do dano moral. E não deve sequer existir lei estabelecendo limite tarifário, como acontece em alguns países. Também não satisfaz a técnica linear de tantos salários-mínimos como padrão para qualquer caso. Nem o critério da lei de imprensa resolve, aliás, não recepcionado pela Constituição Federal de 1988, por atentar contra o princípio fundamental da ilimitação da responsabilidade no patrimônio do lesante. O sistema livre ainda é o melhor, pois funciona de conformidade com o caso concreto, cabendo ao juiz, com a sensibilidade, com a prudência, no contato com a realidade processual e com a realidade fática, dosimetrar um valor adequado e justo. Atente-se, por derradeiro, que a satisfação de um dano moral deve ser paga de uma vez só, de imediato.⁷⁰

2.3.2 Responsabilidade civil por perda de uma chance

Inicialmente cabe explicar o conceito da perda de uma chance que foi formulada em um julgamento na França em 1989 e nos dias atuais é utilizada ao redor do mundo.

A teoria da perda de uma chance se refere a uma situação em que certo ato ilícito ou o abuso de um direito conseqüentemente impede que a pessoa obtenha algo que já era esperado, o que gera um dano a ser reparado por aquele que impossibilitou tal resultado.

⁶⁹ CORDEIRO, Antônio Menezes. Tratado de direito civil português. Coimbra: Almedina, 2010. p. 15.

⁷⁰ QUEIROGA, Antônio Elias. Responsabilidade civil e o novo código civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 41.

A obtenção da indenização sobre algo impossível de ser palpável por ser uma probabilidade de ocorrer fora a maior dificuldade para esclarecer a teoria da perda de uma chance durante os anos.

Conforme Sérgio Savi:

Diante deste evolução, hoje é possível visualizar um dano independente do resultado. Se, por um lado, a indenização do dano consiste na vitória perdida (na causa judicial, por exemplo) é inadmissível, ante a incerteza que lhe é inerente, por outro lado, não há como negar a existência de uma possibilidade de vitória, ante a ocorrência do fato danoso. Em relação à exclusão da possibilidade de vitória poderá, frise-se, dependendo do caso concreto, existir um dano jurídico certo e passível de indenização.⁷¹

Ainda assim, é necessário observar e estudar todo caso afundo pois não há como assegurar, sem dúvida alguma, que o resultado se daria da forma pretendida. Lembrando que independe se o resultado for positivo ou negativo para aquele que, por ação de outrem, teve uma perda de chance.

Não se deve, todavia, olhar para a chance como perda de um resultado certo porque não se terá certeza de que o evento se realizará. Deve-se olhar a chance como perda da possibilidade de conseguir um resultado ou de se evitar um dano; devem-se valorar as possibilidades que o sujeito tinha de conseguir o resultado para ver se são ou não relevantes para o ordenamento. Esta tarefa é do juiz, que será obrigado a fazer, em cada caso, um prognóstico sobre as concretas possibilidades que o sujeito tinha de conseguir o resultado favorável. A perda de uma chance, de acordo com a melhor doutrina, só será indenizável se houver a probabilidade de sucesso superior a cinquenta por cento, de onde se conclui que nem todos os casos de perda de uma chance serão indenizáveis.⁷²

Diariamente todos seres humanos são submetidos a relações com pessoas ou outras coisas e todas são capazes de gerar expectativa na pessoa, pois muitas vezes projetam seus sonhos na realidade em que vivem.

O que deve ser sempre destacado, já que ao tomar conhecimento da teoria da perda de uma chance muitos indivíduo podem compreender erroneamente sua

⁷¹ SAVI, Sérgio. Responsabilidade civil por perda de uma chance. São Paulo: Atlas, 2012. p. 3.

⁷² CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2009. p. 75

função e tentar utilizá-la para toda e qualquer situação em que não obteve aquilo que almejava.

Uma imagem contida em um corpo tatuado, sendo ela singela ou não, reflete muito na personalidade do indivíduo que a possui, e infelizmente devido aos olhares julgadores dos outros seres humanos, tal questão pode ser de suma importância para a aprovação ou não do indivíduo em determinado extrato social.

Conclui com essa situação a relação certa que existe na teoria da perda de uma chance com o direito de imagem e seus atributos.

Conforme relatoria de Carlos Alberto Menezes Direito:

O ser humano tem uma esfera de valores próprios que são postos em sua conduta não apenas em relação ao Estado, mas também, na convivência com os seus semelhantes. Respeitam-se, por isso mesmo, não apenas aqueles direitos que repercutem no seu patrimônio material, mas aqueles direitos relativos aos seus valores pessoais, que repercutem nos seus sentimentos. Não é mais possível ignorar esse cenário, tornando-se pequena, e, por isso, poderosa na promiscuidade que propicia. Daí ser desnecessário enfatizar as ameaças à vida privada que nasceram no curso da expansão e desenvolvimento dos meios de comunicação em massa.⁷³

2.4 ENTENDIMENTOS JUDICIAIS SOBRE A GARANTIA AO ESQUECIMENTO NO MUNDO DIGITAL

Importante compreender antes de tudo o significado de ciberespaço, que é possível definir como a comunicação mundial de maneira aberta entre as conexões dos computadores tornando-se uma rede de informação imediata já que em poucos milésimos de segundo uma informação percorre esse espaço de um usuário até o outro.

Como exemplo para melhor entendimento do que engloba o ciberespaço, tem-se a troca de correspondência eletrônica, redes virtuais, aulas ou reuniões até mesmo de trabalho por videoconferência, comércio por via digital de roupas, produtos

⁷³BRASIL, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – 1ª Câmara – Apelação Civil. Rel. Carlos Alberto Menezes Direito – j. 19.11.91 – RDP 185/198

ou alimentos, conteúdos de entretenimento, entre outros milhares de exemplos cabíveis.

Esse novo mundo, que permite a movimentação de conteúdos em tempo real, esbarra frontalmente no direito à privacidade da imagem, da honra e da intimidade do indivíduo, na medida em que um fato ou um dado que diga respeito a apenas uma pessoa pode ser reproduzido, por meio da rede mundial, a um número incalculável de outras pessoas, de forma contínua e indeterminada. E, assim, além do problema da divulgação da informação de forma descontrolada (muitas vezes sem permissão do seu titular), surge um problema maior: a construção de uma opinião de massa, que influencia, sobremaneira, a partir de então, o modo de vida do envolvido.⁷⁴

Atualmente, a sociedade vive em meio a um excesso de informações midiáticas que pulam de uma pessoa para a outra com uma velocidade absurdamente veloz.

Além disso, a Internet é utilizada para tudo pela maior parte da sociedade tanto brasileira quanto mundial, que se encontra 24 horas por dia conectada recebendo todo tipo de material vindo de conhecidos e de fontes aleatórias.

Durante meados do ano de 2013, a realização da VI Jornada de Direito Civil resultou na produção do Enunciado 531 onde expressamente prevê que “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”.⁷⁵

A principal justificativa utilizada para a produção do Enunciado 531 é de que:

Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos

⁷⁴ MORAES, Melina Ferracini de. Direito ao esquecimento na Internet: das decisões judiciais no Brasil. Curitiba: Juruá, 2018, p. 55.

⁷⁵ BRASIL. Poder Judiciário. Conselho da Justiça Federal. Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil. Brasília. Conselho da Justiça Federal, 2013, sem paginação. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142> Acesso em 10/06/2021

fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.⁷⁶

Apesar de não possuir força normativa, ainda assim, o enunciado é de extrema valia pois tem o poder de nortear o pensamento dos legisladores em relação ao direito ao esquecimento na intenção de preservar dados históricos e informações que sejam realmente pertinentes para a sociedade.

O principal objetivo do direito ao esquecimento é a eliminação do conteúdo referente a certo fato ou aos dados sensíveis disseminados ilegalmente, dos meios de comunicação em geral, mas principalmente do meio virtual que por sua velocidade imediata tende a causar danos maiores e mais significativos, em alguns casos levando o indivíduo a perder seu emprego ou até mesmo sua vida.

Já a fraca normatização, deixando diversas lacunas continua a confundir os pensamentos sobre o tema.

O que se tem de concreto é que, a partir de instrumentos jurídicos como a ressocialização e a proteção à privacidade, o direito ao esquecimento vem sendo ventilado em julgamentos dos Tribunais Superiores brasileiros. Além disso, por estar diretamente ligado à proteção da dignidade da pessoa humana, e levando-se em consideração a sociedade da informação, o direito ao esquecimento demanda uma aplicação no âmbito virtual. Cabe notar que a falta de normatização, tanto no âmbito concreto quanto no virtual, tem causado certa instabilidade no poder de decisão do Judiciário. Sem argumentos que compatibilizem o direito posto com os casos concretos, os operadores do Direito se perdem entre decisões que espelham a característica de justiça, mas que, no fundo, não a possuem.⁷⁷

Pode assim ser definido como uma esfera de proteção para o indivíduo resguardando suas informações sensíveis que este não tenha autorizado serem divulgadas, e no caso do cometimento de ato ilícito de publicação indevida, o direito ao esquecimento ajuda o mesmo a ganhar força para diminuir o máximo possível dos danos ocorridos.

Em uma análise de casos referentes ao direito ao esquecimento principal, Melina Ferracini de Moraes comenta sobre a preocupação do Supremo Tribunal de Justiça quanto ao tema:

⁷⁶ Ibidem, sem paginação

⁷⁷ MORAES, Melina Ferracini de. Direito ao esquecimento na Internet: decisões judiciais no Brasil. Curitiba: Juruá, 2018, p. 59.

Dentro deste contexto, o Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento dos casos acima elencados, demonstrou preocupação ao tratar do direito ao esquecimento no espaço virtual.

O ministro relator ressaltou que:

A ideia de um direito ao esquecimento ganha ainda mais visibilidade – mas também se torna mais complexa – quando aplicada à Internet, ambiente que, por excelência, não esquece o que nele é divulgado e pereniza tanto informações honráveis quanto aviltantes à pessoa do noticiado, sendo desnecessário lembrar o alcance potencializado de divulgação próprio desse ciberespaço. Até agora, tem-se mostrado inerente à Internet – mas não exclusivamente a ela –, existência de um “resíduo informacional” que supera a contemporaneidade da notícia e, por vezes, pode ser, no mínimo, desconfortante àqueles que é noticiado.⁷⁸

Em fevereiro de 2021, o Supremo Tribunal Federal em um julgamento, proferiu o entendimento de que a ideia do direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal, em razão de visar o impedimento da divulgação de dados verídicos em meios de comunicação existentes.

O caso mencionado é referente a divulgação sem autorização da família da vítima, em certo programa de televisão, da reconstituição de um crime extremamente violento que gerou grande repercussão nos anos 1950 e continua aterrorizando aqueles que tomam conhecimento do ocorrido.

Conforme a Ementa do recurso extraordinário do caso:

EMENTA Recurso extraordinário com repercussão geral. Caso Aída Curi. Direito ao esquecimento. Incompatibilidade com a ordem constitucional. Recurso extraordinário não provido. 1. Recurso extraordinário interposto em face de acórdão por meio do qual a Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negou provimento a apelação em ação indenizatória que objetivava a compensação pecuniária e a reparação material em razão do uso não autorizado da imagem da falecida irmã dos autores, Aída Curi, no programa Linha Direta: Justiça. 2. Os precedentes mais longínquos apontados no debate sobre o chamado direito ao esquecimento passaram ao largo do direito autônomo ao esmaecimento de fatos, dados ou notícias pela passagem do tempo, tendo os julgadores se valido essencialmente de institutos jurídicos hoje bastante consolidados. A utilização de expressões que remetem a alguma modalidade de direito a reclusão ou recolhimento, como *droit a l'oubli* ou *right to be let alone*, foi aplicada de forma discreta e muito pontual, com significativa menção, ademais, nas razões de decidir, a direitos da personalidade/privacidade. Já na contemporaneidade, campo mais fértil ao trato do tema pelo advento da sociedade digital,

⁷⁸ Ibidem, p. 88.

o nominado direito ao esquecimento adquiriu roupagem diversa, sobretudo após o julgamento do chamado Caso González pelo Tribunal de Justiça Europeia, associando-se o problema do esquecimento ao tratamento e à conservação de informações pessoais na internet. 3. Em que pese a existência de vertentes diversas que atribuem significados distintos à expressão direito ao esquecimento, é possível identificar elementos essenciais nas diversas invocações, a partir dos quais se torna possível nominar o direito ao esquecimento como a pretensão apta a impedir a divulgação, seja em plataformas tradicionais ou virtuais, de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos, mas que, em razão da passagem do tempo, teriam se tornado descontextualizados ou destituídos de interesse público relevante. 4. O ordenamento jurídico brasileiro possui expressas e pontuais previsões em que se admite, sob condições específicas, o decurso do tempo como razão para supressão de dados ou informações, em circunstâncias que não configuram, todavia, a pretensão ao direito ao esquecimento. Elas se relacionam com o efeito temporal, mas não consagram um direito a que os sujeitos não sejam confrontados quanto às informações do passado, de modo que eventuais notícias sobre esses sujeitos – publicadas ao tempo em que os dados e as informações estiveram acessíveis – não são alcançadas pelo efeito de ocultamento. Elas permanecem passíveis de circulação se os dados nelas contidos tiverem sido, a seu tempo, lícitamente obtidos e tratados. Isso porque a passagem do tempo, por si só, não tem o condão de transmutar uma publicação ou um dado nela contido de lícito para ilícito. 5. A previsão ou aplicação do direito ao esquecimento afronta a liberdade de expressão. Um comando jurídico que eleja a passagem do tempo como restrição à divulgação de informação verdadeira, lícitamente obtida e com adequado tratamento dos dados nela inseridos, precisa estar previsto em lei, de modo pontual, clarividente e sem anulação da liberdade de expressão. Ele não pode, ademais, ser fruto apenas de ponderação judicial. 6. O caso concreto se refere ao programa televisivo Linha Direta: Justiça, que, revisitando alguns crimes que abalaram o Brasil, apresentou, dentre alguns casos verídicos que envolviam vítimas de violência contra a mulher, objetos de farta documentação social e jornalística, o caso de Aida Curi, cujos irmãos são autores da ação que deu origem ao presente recurso. Não cabe a aplicação do direito ao esquecimento a esse caso, tendo em vista que a exibição do referido programa não incorreu em afronta ao nome, à imagem, à vida privada da vítima ou de seus familiares. Recurso extraordinário não provido. 8. Fixa-se a seguinte tese: “É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais - especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral - e das expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível”.⁷⁹

⁷⁹ BRASIL, Recurso Extraordinário nº 1.010.606. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumerolIncidente=%22RE%201010606%22&base>

Entretanto, confirmou-se a possibilidade de sua aplicação em casos onde excessos ou abusos aconteçam, conforme elucida a tese:

É incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social – analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais, especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral, e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível.⁸⁰

Ainda existe uma lacuna gigantesca acerca do direito ao esquecimento na Internet, faltando regras mais claras e exatas que versem sobre o assunto, além da devida aplicação das leis que já existem.

[=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=score&sortBy=desc&isAdvanced=true](#) Acesso em: 19/06/2021

⁸⁰BRASIL, Recurso Extraordinário nº 1.010.606. Rio de Janeiro, 2021, p. 62. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE1010606VOTOMDT.pdf> Acesso em 20/06/2021.

3. INTERAÇÃO E ALTERAÇÃO DA IMAGEM – UMA ANÁLISE SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS

O direito à imagem⁸¹, reconhecido e protegido pelo artigo 5º, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que o inseriu no rol dos direitos e garantias fundamentais, prevendo inclusive indenização para o caso de sua violação.

Na Carta Magna, em seu artigo 5º, inciso X, diz que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.⁸²

Na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, tem-se sobre os direitos da personalidade, que traz em seu texto:

Dos Direitos da Personalidade

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

[...]

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.⁸³

A proteção do direito à imagem é de tamanha relevância, que até mesmo alcança aqueles que já faleceram, independente da causa.

⁸¹ BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDF. Direito de Imagem. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/direito-de-imagem>. Acesso em 23.06.2021.

⁸² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 23.06.2021.

⁸³ BRASIL. Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm Acesso em 10/06/2021.

Conforme descrito no parágrafo único do artigo 20, da Lei 10.406/2002, que diz: “Parágrafo único: Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.”

Essas premissas apontam que o direito à imagem é um direito exclusivo da pessoa, cabe somente a esta decidir sobre a cessão de direitos para o uso da sua imagem, bem como a sua propagação.

3.1 O AVANÇO TECNOLÓGICO E A VULNERABILIDADE EXPLORATÓRIA: SOBREPÔE AO HOMEM

Tendo em vista a revolução das comunicações, o que trouxe para a humanidade grandes conquistas, haja vista que hodiernamente é possível realizar tarefas, comunicar-se com outrem, enviar e receber dados, documentos; informações sobre tudo o que desperta o interesse de cada um.

Salienta-se que a popularização da internet, que é um meio de comunicação através de computadores, bem como através de alguns outros equipamentos que conecta a todos em qualquer canto do mundo, desencadeou inúmeras situações.

Algumas produtivas e de suma importância ao ser humano, como por exemplo, é incontestável que através da rede de internet, é possível acessar a informações sobre inúmeros assuntos por todo o mundo; assim como é possível realizar negócios; estudar e até mesmo profissionalizar-se, isso tudo, ainda que os envolvidos estejam em lugares diversos do mundo, simultaneamente.

Nesse diapasão, Longhi diz que:

Entretanto, sabe-se que é com acuidade que devem ser encaradas todas as grandes mudanças aparentes, principalmente pela ciência jurídica. Afinal, sob outro prisma, é possível notar que muitas das transformações alteram apenas a forma embora a essência permaneça a mesma. Ou seja, a metáfora do impacto é inadequada. As técnicas novas não vêm de “outro planeta”, do “mundo das

máquinas”, rio, sem emoção, estranho a toda significação e qualquer valor humano.⁸⁴

E ainda, sobre o assunto, diz Longhi que:

Ao revés, são concebidas, fabricadas e reinterpretadas durante o seu uso pelos homens, como também o próprio uso intensivo de ferramentas que constituem a humanidade enquanto tal. Em outras palavras, a tecnologia não é um ator autônomo, separado da sociedade e da cultura e as novas técnicas que constituem o funcionamento da Rede⁸⁵ são apenas parte dos fenômenos humanos que, ainda que pré-programadas, não agem por vontade própria.⁸⁶

É inegável que nas últimas décadas, a tecnologia apresentou inovações e invenções extraordinárias, principalmente apoiadas em um contexto econômico, bem como de políticas capitalistas. A humanidade avançou mais nas últimas 2 (duas) décadas do que vários séculos anteriores juntos; crescendo em um ritmo exponencial.

De acordo com Longhi, que esclarece:

Contudo, olvida-se da outra face desta realidade. Afinal, por um lado, no mundo atual, tudo se tornou mercadoria.⁸⁷ A personalidade, a identidade, a intimidade, a subjetividade, o corpo, etc. Não obstante, em sentido diametralmente oposto, a ciência do direito contemporânea tem despendido esforços para a proteção e promoção da dignidade da pessoa humana que, mais do que um princípio, tornou-se o eixo gravitacional deste novo “jus”.⁸⁸

Pode-se dizer que a internet está presente na vida da grande maioria das pessoas; empresas e entidades.

⁸⁴ LONGHI, João Victor Rozatti. Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake News, São Paulo: Foco, 2020. p.1.

⁸⁵ Denomina-se internet a uma rede estendida em todo mundo que permite compartilhar recursos a milhares de usuários. Conceito de internet. Disponível em: <https://conceitos.com/internet/>. Acesso em 24.06.2021.

⁸⁶ LONGHI, João Victor Rozatti. Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake News, São Paulo: Foco, 2020. p.2.

⁸⁷ “O capitalismo não entregou os bens às pessoas; as pessoas foram crescentemente entregues aos bens; o que quer dizer que o próprio caráter e sensibilidade das pessoas foi reelaborado, reformulado, de tal forma que elas se agrupam aproximadamente... com as mercadorias, experiências e sensações...cuja venda é o que dá forma e significado para as suas vidas. “BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Trad. Plínio Dentzein, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.1.

⁸⁸ LONGHI, João Victor Rozatti. Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake News, São Paulo: Foco, 2020. p.3.

Ocorre que com a mesma facilidade alcançada pela revolução da internet para agregar, seja em relações interpessoais, seja em relações comerciais e até mesmo a facilidade de acesso à informação, há uma corrente que considera a rede é um território sem dono, utilizando-se de meios tecnológicos para cometer os mais variados tipos de crimes.

A esse respeito, são noticiados diariamente situações que comprovam o pensamento de que se “esconder” atrás de uma tela, seja de computador, tablet ou mesmo smartphone, tem a total liberdade para utilizar-se das conveniências da internet para a prática de crimes.

Alguns desses crimes são noticiados por se tratar de informação útil à sociedade, como por exemplo, fraudes bancárias, roubos de senhas, sejam elas para acesso a conta bancária, sejam elas para acesso a programas e ou aplicativos da vítima.

Todavia, a vulnerabilidade das pessoas está muito além de ter senhas descobertas e divulgadas ou ter as suas contas bancárias devastadas. Há um crime específico que devasta a vida de uma pessoa e por vezes, de sua família inteira.

Trata-se do crime de divulgar na rede, seja através de sites; aplicativos, endereços eletrônicos. Isto é, a divulgação de informações, imagens ou até mesmo mídias íntimas da vítima.

3.2 ESTÍMULOS E JUSTIFICATIVAS A CAPTAÇÃO DE IMAGEM PARA UTILIZAÇÃO POTENCIALMENTE CRIMINOSA

A violação ao direito à imagem é constante nos tempos atuais e a desobediência às regras, às leis e normas, assim como ao bom senso, principalmente com a utilização indevida de imagens na internet, aumenta exponencialmente.

A exposição, seja de registros fotográficos, seja de mídia audiovisual; mídia falada ou ainda outras informações íntimas, incluindo fotografias e/ou vídeos da vítima em condições extremamente delicadas e em momentos íntimos, sem a devida autorização e em muitas vezes, registros realizados sem o consentimento ou mesmo a ciência da vítima.

A esse respeito, são inúmeras as pessoas, independente do sexo, apesar de que na sua grande maioria as vítimas são as mulheres, têm informações, registros fotográficos, mídia visual ou mesmo mídia visual que foram adquiridos em momentos pessoais e íntimos.

Tais registros ocorrem, muitas das vezes por pessoas extremamente próximas a essas posteriores vítimas, e, por isso, é que toma a liberdade de fazê-los.

Há casos em que tais registros são realizados com o consentimento da vítima, uma vez que tem como prerrogativa a confiança naquele com quem convive, ou mesmo tem um relacionamento amoroso e que lhe convence a permitir que tais imagens sejam realizadas.

Entretanto, em muitas situações, o que em sede de juízo de algumas comarcas do Brasil, já foi comprovado em ação própria, em que a vítima não possuía a ciência de que registros fotográficos ou mesmo audiovisuais estavam sendo realizados à revelia em momento em que a vítima se encontrava despida parcialmente ou totalmente, ou ainda, em momentos de relações sexuais com aquele com quem se relacionava.

A referida exposição indevida, além de ser tipificado como crime, traz prejuízos morais; psicológicos; materiais e até mesmo, em alguns casos, custa a própria vida da vítima, que não suportando a situação vexatória, chega ao cúmulo de tirar a própria vida, tamanho é o ataque à sua honra.

Nesse sentido, Carlos Frederico Barbosa Bentivegna, destaca que:

Foi realmente Nelson Hungria quem, entre nós, mais acuradamente explorou o conceito de honra e sua divisão entre honorabilidade objetiva e subjetiva, ao descrever o bem da vida tutelado pela lei penal no caso dos crimes contra a honra. Trouxe citação definitiva do filósofo alemão Schopenhauer (em sua obra *Aphorismen zur Lebensweisheit*⁸⁹) onde se lê: “Honra é, objetivamente, a opinião dos outros sobre o nosso mérito; subjetivamente, é o nosso receio diante dessa opinião”. Mas são as noções concebidas por Nelson Hungria, bem verdade que inspiradas numa pesquisa incansável, que peço licença para aqui transcrever em virtude de sua clareza meridiana de

⁸⁹ Nas palavras do alemão: “Die Ehre ist objektiv, die Meinung anderer von unserem Wert und, subjektiv, unsere Furcht vor dieser Meinung”. p. 68

difícil reprodução: O interesse jurídico que a lei penal protege na espécie refere-se ao bem material da honra, entendida esta, quer como o sentimento de nossa dignidade própria (honra interna, honra subjetiva), quer como o apreço e respeito de que somos objeto ou nos tornamos merecedores perante os nossos concidadãos (honra externa, honra objetiva, reputação, boa fama). Assim como o homem tem direito à integridade do seu corpo e do seu amor-próprio (consciência do próprio valor moral e social, ou da própria dignidade ou decoro) e do seu patrimônio moral. Notadamente no seu aspecto objetivo ou externo (isto é, como condição do indivíduo que faz jus à consideração do círculo social em que vive), a honra é um bem precioso, pois a ela está necessariamente condicionada a tranquila participação do indivíduo nas vantagens da vida em sociedade.⁹⁰

Importante ressaltar que antes mesmo da divulgação da imagem, deve-se levar em consideração o ato da captação da mesma, que também pode não ser do conhecimento da vítima e é ato que constitui crime.

O estímulo para aqueles que praticam tais crimes, muitas vezes são ignorados.

Há casos em que se trata de vingança, principalmente em casos em que há um relacionamento entre as partes, utiliza-se o termo pornografia de revanche, quando ex-namorados; ex-companheiros e até mesmo ex-maridos divulgam imagens íntimas e até mesmo de sexo explícito com o condão de vingança.

Outro aspecto relacionado à divulgação indevida, que é um estímulo para este crime cibernético, é com o objetivo de disponibilizar tal material para o maior número de pessoas e até mesmo vender tais materiais para sites pornográficos que movimentam valores expressivos, além de visibilidade e reconhecimento.

No momento da mais inflamada retórica emancipatória da Internet, a rede era entendida como uma reserva ambiental protegida por qualquer injunção de controle e filtro, e dedicada a cultivar a plena liberdade de expressão. Liberdade que, automaticamente, deveria ser considerada automaticamente como uma virtude democrática. O modelo de democracia liberal-individualista conhecido como libertarianismo encontrava na forma do ciberlibertarianismo, a sua ponta-de-lança. Rapidamente se descobriu, entretanto, que a equação segundo a qual a liberdade sempre está do lado da democracia e controle do lado da tirania é só um artifício retórico do libertarianismo

⁹⁰ BENTIVEGNA, Carlos Frederico Barbosa. Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade. 1.ed. São Paulo: Manole, 2020. p. 108.

na sua forma mais extremada. Há informação má, perigosa, criminosa, ofensiva à dignidade humana, injuriosa e antidemocrática, e defender seu direito de existir não é o mesmo que lutar pelos seus direitos civis no ciberespaço. Ao contrário, pode significar o engajamento na proteção ao *hate speech*, a racismo publicado, à discriminação de minorias (Gomes 2002). E se na internet de fato floresce um espaço de liberdade de expressão e de experiência democrática, ela igualmente se transformou no paraíso dos conservadores, da ultra-direita, dos racistas e dos xenófobos, um refúgio que, aliás, tem-lhes sido mais seguro e próspero que o mundo offline.⁹¹

Empresas inovadoras que englobam os projetos nos meios virtuais constantemente se escondem da sua responsabilidade com aquilo que criaram, sabendo dos problemas que existem e a ocorrência significativa de crimes virtuais crescendo em escala inimaginável ao invés de procurarem solucionar e desenvolver maneiras para diminuir e até mesmo restringir a continuação destes crimes, nada fazem.

Neste sentido, Eli Pariser confirma:

Com muita frequência, os executivos do Facebook, Google e outras empresas socialmente importantes se fazem de bobos: são os revolucionários sociais quando lhes convêm e empresários amorais quando não. E as duas posturas deixam muito a desejar.⁹²

3.3 IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA VIDA DAS VÍTIMAS DE PUBLICAÇÕES INDEVIDAS: PRIVACIDADE DETERIORADA.

Inicia-se este subtítulo com um importante relato de uma vítima que teve sua exposição indevida. A pesquisa foi feita pessoalmente com a vítima, através de sua autorização para o estudo de caso.

Acredito que a leitura, revelará a importância do tema trabalhado nesta monografia.

Estava no lugar onde era meu local de trabalho na época, trabalhando normalmente como em qualquer outro dia. Até que minha chefe me chamou e disse que precisava que eu fosse no RH com ela pois um colega de trabalho tinha recebido de outro e testemunhado outros colegas, tanto homens quanto mulheres, comentando maliciosamente

⁹¹ GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. Comunicação e democracia. Problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 321-322.

⁹² PARISIER, Eli. O filtro invisível. O que a internet está escondendo de você. Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 23.

que a pessoa nos vídeos que estavam olhando era eu. Uma moça que trabalhava no RH perguntou para este colega o que estava acontecendo e quando ele relatou o caso imediatamente ela pediu para que todos ali apagassem qualquer conteúdo recebido e de forma alguma enviassem para alguém. Em seguida, com o celular da pessoa em mãos, conversou com minha chefe que me levou até uma sala sem outras pessoas por perto para explicar a situação que ocorria pelos corredores do meu local de trabalho e me perguntar se eu havia feito algum vídeo de conteúdo íntimo, entrei em estado de choque e desespero.

Sem entender o que estava acontecendo naquele momento, então ela me mostrou os vídeos e ao ver aquilo imediatamente eu perdi a voz, chorando desesperadamente o que me deixava com falhas na respiração, meu chão não meramente caiu e sim parecia que ele não existia mais.

Ainda é muito difícil descrever, mas para mim naquele momento minha vida tinha terminado. Eu me reconheci e percebi que era um vídeo íntimo com um ex-namorado, mas desconhecia a existência desses vídeos e esse relacionamento havia terminado há mais de dois anos. Ali o tempo parou, pelo menos para mim pois congelei tendo a certeza de que seria ridicularizada, julgada e desonrada por todas as pessoas, o que foi exatamente o que aconteceu. Eu, a vítima da história toda, fui quem recebi linchamento virtual de todos, inclusive de pessoas extremamente próximas a mim. O que aconteceu com quem publicou esses vídeos junto com imagens do meu rosto comentando que a mulher no vídeo era eu e todos os outros que compartilharam esse ato criminoso? Nada.

A minha vida nunca voltou a ser a mesma e nunca voltará, por muitas vezes minha vontade de terminar com a vida crescia, principalmente ao ver os sistemas que deveriam me proteger inertes ou até encobrendo o caso. Perdi chances de emprego, minha intimidade estava exposta para quem quisesse ver e quantas vezes quisesse, recebi inúmeras mensagens me xingando, desconheci o significado de privacidade com esse crime e todo dia lembro disso porque mudou minha vida e não foi para melhor, por muito tempo negava sair de casa mesmo para ir na padaria, pois os olhares já denunciavam o que as pessoas estavam pensando.

C.G. Estudo de caso.⁹³

O relato acima é de uma vítima que sofreu uma gigantesca violação de seu direito à imagem quando um criminoso decidiu publicar vídeos íntimos dela sem seu consentimento e até mesmo a vítima nem sequer sabia da existência de tais vídeos.

Considerando a gravidade do ocorrido, bem como a proteção necessária a esta pessoa do sexo feminino, tanto por lei quanto por bom senso, não é possível

⁹³ Autorização recebida da vítima C.G referente ao estudo de caso para que o relato fosse retratado na presente monografia.

fazer a exposição de seu nome. Será identificada neste relato, tão somente pela inicial de seu nome, como fora autorizado pela vítima.

E como é visto em casos como este, quem recebe o apedrejamento é a vítima. Sim, a vítima, aquela que deveria ser protegida e que a ela deveria ser prestado o respeito total até mesmo porque já fora desrespeitada pelo criminoso.

Porém, com a internet e seu fluxo violento de informações percorrendo a rede, o compartilhamento desses crimes se torna muitas vezes internacional, o que aconteceu com o caso relatado.

Algo óbvio, mas que visivelmente as pessoas preferem fingir que não sabem é que o compartilhamento de qualquer informação, imagens ou vídeos que ferem o direito a imagem também é um ato ilícito, sendo assim todas as pessoas que por maldade ou fofoca decidem compartilhar nas redes sociais ou outros pontos da internet, na realidade cometem um crime e são cúmplices do primeiro ser humano que publicou.

Por mais doloroso que seja para a vítima, que enfrenta a exposição virtual, que por muitas vezes é pré-julgada pela sociedade em geral, é essencial que esta vítima, quando mulher, acione a Delegacia da mulher para que seja acolhida, receba instruções para realizar os procedimentos legais.

Outros aspectos extremamente importantes, é que os únicos culpados pela divulgação de pornografia são sempre os agressores que realizaram a divulgação do conteúdo íntimo não autorizado.

E, especialmente, é relevante considerar que a pessoa exposta sem consentimento precisa de apoio, seja apoio familiar, seja apoio de amigos e colegas, e, tratamento multidisciplinar, haja vista o risco de vida que a vítima terá que enfrentar, seja por assédios ou na pior das hipóteses e não raro, seja o risco da vítima não encontrar forças para reagir, chegando ao extremo de tirar a própria vida. O que não é raro e é muito triste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível a partir dessa monografia sobre o tema do direito à imagem, sua relação com os meios tecnológicos e os desdobramentos que essa relação produz, destacar alguns pontos de grande importância:

1. A medida em que se tem inúmeros benefícios com o avanço tecnológico também perde-se pouco a pouco a privacidade de cada ser humano que facilmente é violada por qualquer pessoa com intenções maliciosas.
2. O descumprimento das normas que tutelam o direito à imagem, é crime previsto em lei. E, como tal, é necessário o total empenho do sistema judiciário e do sistema de polícia durante investigações e até mesmo procedimentos de julgamentos daquele(s) que cometeu (m) o referido crime, com o objetivo de reparar o dano (quando possível), bem como para demonstrar a força da mão da justiça.
3. A resolução desse problema consiste na intervenção da própria tecnologia, apresentando soluções profiláticas e na criação de leis mais severas para os que cometem o crime e também para aqueles que fazem a continuação dessas informações pelos meios virtuais.
4. Também é de extrema necessidade que as empresas tecnológicas desenvolvam maneiras capazes de identificar um ato criminoso sendo cometido e criar uma rede que proteja de maneira eficiente as informações sensíveis da pessoa humana.
5. Conforme visto, é inegável dizer que o direito à imagem vem sendo deixado de lado, entendido como mero aborrecimento, quando é muito pelo contrário já que com uma simples pesquisa pode-se ver o número de pessoas, principalmente do sexo feminino por serem grande alvo de crimes contra ao referido direito, o que acarreta inúmeros prejuízos, principalmente no campo psicológico e moral, sendo que há u elevado número de casos em que tais vítimas, não suportando o ocorrido, chegam ao cúmulo de tirar a própria vida.

Conclui-se que o direito à imagem é um direito fundamental, protegido por lei, assim como a violação desse direito, em qualquer que seja a sua modalidade traz inúmeros prejuízos à vítima. Sejam prejuízos materiais, morais, psicológicos e em

alguns casos, situações em que a exposição da imagem se torna um ponto final na vida de uma pessoa.

Com esta última frase, pode-se ver como é explícito que o direito á imagem merece uma atenção maior do que a fornecida no momento atual.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. **Criação do Mundo**. Gênesis, 1.26. Antigo Testamento Traduzida das Línguas Originais com uso Crítico de Todas as Fontes Antigas pelos Missionários Capuchinhos. Frei Alcindo Costa. São Paulo: STAMPLEY PUBLICAÇÕES LTDA. 1974.

ARAÚJO, David. **O conteúdo do direito à própria imagem: um exercício de aplicação de critérios de efetivação constitucional**, Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ARENHART, Sérgio Cruz. **Tutela inibitória da vida privada**. São Paulo: RT, 2000.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Civil. Teoria Geral**. v. 1. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARBOSA, Álvaro Antônio do Cabo Notaroberto. **Direito à própria imagem: aspectos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzein, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENTIVEGNA, Carlos Frederico Barbosa. **Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade: os limites entre o lícito e o ilícito**. São Paulo: Manoele, 2020.

BRASIL. **Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm Acesso em 10/06/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 23.06.2021.

BRASIL. Poder Judiciário. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil**. Brasília. Conselho da Justiça Federal, 2013, sem paginação. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142> Acesso em 10/06/2021

BRASIL. **Recurso Extraordinário nº 1.010.606**. Rio de Janeiro, 2021, sem paginação. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE1010606VOTOMDT.pdf> Acesso em 20/06/2021

BRASIL. **Súmula nº 403** do Superior Tribunal Federal. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-summulas-2014_38_capSumula403.pdf Acesso em: 22/06/2021.

BRASIL. TJRJ – 1ª Câmara – **Apelação Civil**. Rel. Carlos Alberto Menezes Direito – j. 19.11.91 – RDP 185/198

BRASIL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDF. **Direito de Imagem.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/direito-de-imagem>. Acesso em 23.06.2021.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil.** São Paulo: Atlas, 2009.

CHAVES, Antônio. **Direito à própria imagem.** Revista Forense, Rio de Janeiro, Ano 68, v. 240, Fasc. 832-833-834, out/nov/dez, 1972.

CHAVES, Antônio. **Tratado de direito civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, t. 1., 1987, v. 1.

CORDEIRO, Antônio Menezes. **Tratado de direito civil português.** Coimbra: Almedina, 2010.

CUPIS, Adriano de. **Os direitos de personalidade.** Trad. Afonso Celso Furtado Rezende. Campinas: Romana, 2004.

DINIZ, Maria Helena. Direito à imagem e sua tutela. In: BITTAR Eduardo C. B.; ALMEIDA, Silmara J. A. Chinelato e (coords.). **Estudo de direito de autor, direito da personalidade, direito do consumidor e danos morais.** Forense Universitária, 2002.

DONNINI, Oduvaldo; DONNINI, Rogério Ferraz. **Imprensa livre, dano moral, dano à imagem e sua quantificação à luz do novo Código Civil,** 2006.

DOTTI, René Ariel. **Proteção da vida privada e liberdade de informação.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

FAGUNDES JÚNIOR, José Cabral Pereira. **Direito à vida privada e a intimidade do portador do HIV.** São Paulo: Celson Bastos Editora, 2002.

FARIAS, Edilsom Pereira de. **Colisão de direitos. A honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996.

FERNANDES, Milton. **Proteção civil da intimidade.** São Paulo: Saraiva, 1977.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: o direito à privacidade o os limites à função fiscalizadora do Estado.** Cadernos de direito constitucional e ciência política. n. 1, São Paulo, 1992, v. 1.

FESTAS, David de Oliveira. **Do conteúdo patrimonial do direito à imagem.** Coimbra: Coimbra, 2009.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia.** Problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GUERRA, Sidney César Silva. **A liberdade de imprensa e o direito à imagem.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

IMAGEM. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <www.dicio.com.br/imagem/> Acesso em 20/11/2020.

LONGHI, João Victor Rozatti. **Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake News**, São Paulo: Foco, 2020.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado**. Campinas: Bookseller, 2000.

MONTESCHIO, Horácio. **A imagem como patrimônio: uma análise do conteúdo patrimonial do direito à imagem**, 1ª edi, São Paulo: Boreal Editora, 2015.

MORAES, Melina Ferracini de. **Direito ao esquecimento na Internet: das decisões judiciais no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2018.

MORAES, Walter. **Direito à própria imagem**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

MORAES, Walter. **Direito à própria imagem.(I) Doutrinas essenciais de direitos humanos**. São Paulo. Revista dos Tribunais, RT 433/64. 2001.

OTERO, Paulo. **Instituições políticas e constitucionais**. Coimbra: Almedina, 2009.

PARISIER, Eli. **O filtro invisível. O que a internet está escondendo de você**. Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREIRA, Heloísa Prado. **Imagem do menos e o dano moral: Uma visão luso-brasileira**. Vilhena: Reges.

PINHEIRO, Fernanda Letícia Soares. **Princípio da proibição da prova ilícita no processo civil**. Curitiba: Juruá, 2004.

QUEIROGA, Antônio Elias. **Responsabilidade civil e o novo código civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SAHM, Regina. **Direito à imagem no direito civil brasileiro contemporâneo: de acordo com o novo código civil**, Lei nº 10.406, de 10-01-2002. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direito à intimidade e à vida privada: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais, da vida e da morte**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direito fundamental na constituição federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 61.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: uma análise da perspectiva da doutrina e judicatura do ministro Carlos Ayres Britto**. In: Direitos fundamentais em construção: estudos em homenagem ao ministro Carlos Ayres Britto. BERTOLDI,

Márcia Rodrigues; OLIVEIRA, Kátia Cristine Santos de .(coord.) Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SAVI, Sérgio. **Responsabilidade civil por perda de uma chance**. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

SILVIA, Edson Ferreira da. **Direito à intimidade: de acordo com a doutrina, o direito comparado, a Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002**, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.